



Editor-Director AFFONSO DE DORNELLAS

Composto e impresso no

PALACIO DA ROCHA DO CONDE D'OBIDOS — LISBOA

CENTRO TIP. COLONIAL — L. d'Abegouaria, 27 — LISBOA

II VOLUME — MARÇO 1929 — NUMERO III

HERALDICA DE DOMINIO

VILLA VELHA DE RODAM

Parecer apresentado por Affonso de Dornellas à Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes e aprovado em reunião de 27 de Junho de 1928.

NA Associação dos Archeologos Portuguezes foi recebido um officio de Camara da Villa Velha de Rodam que foi remetido à Secção de Heraldica da mesma Instituição para ser estudado o assumpto n'elle versado.

Esse officio diz :

Camara Municipal de Villa Velha de Rodam. — Serviço da Republica. — Ex.^{mo} Sr. Presidente da Associação dos Archeologos. — Lisboa. — Insuflado pelo desejo ardente de contribuir tanto quanto possivel para que luz seja feita sobre o passado historico do Concelho que me foi berço — Villa Velha de Rodam — ha tempos que venho colligindo elementos n'este sentido. Um obstaculo porém se me tem deparado : refiro-me ao brazão d'este Concelho (sua descripção historica e cores em que assenta) sobre o qual, conquanto tudo pareça indicar a sua existencia -- já pelo testemunho de pessoas que tenho entrevistado sobre o assumpto e que me dizem existir outrora nos archivos da Camara Municipal um livro denominado «O TOMBO» (2 vol.) e supõem que o mesmo fazia a sua descripção, já pelos restos do pelourinho que o camartello da pseudo civilização na ancia infrene de progresso e voragem demolidora deitou abaixo, onde segundo a opinião de diversas pessoas, o mesmo se encontra esculpido, além da Cruz de Christo, Esphera Armilar e Corôa de D. Manuel I — ainda até hoje nada de positivo foi averiguado. E' n'esta conformidade que tomo a liberdade de dirigir a V. Ex.^a o meu appello, solicitando a valiosa cooperação da Illustre Associação que proficiente-

mente está dirigindo, conscio de que o meu pedido cae em boa terra e fructificará e a minha vontade será satisfeita. Consegui encontrar uma photographia do ex-pelourinho, que tenho a honra de enviar a V. Ex.^a onde se vê a gravura do que supponho ser o brazão d'este Concelho. Quando não se torne necessaria rogo-lhe a subida fineza de m'a enviar. — Saude e Fraternidade. — Villa Velha de Rodam, 1 de Abril de 1925. — Pelo Presidente, O Chefe da Secretaria (a) *Jose da Cruz Fillippe*.

Por esta carta se depreheende que no Pelourinho existiam umas armas que eram attribuidas ao dominio da Villa Velha de Rodam, portanto, seria interessante investigar se estariam repetidas em qualquer outro sitio.

A's perguntas que formulei n'este sentido, recebi a seguinte resposta :

Villa Velha de Rodam, 3 de Julho de 1925. — Ex.^{mo} Sr. — Tenho a honra de accusar a recepção da carta de V. Ex.^a que muito agradeço. Satisfazendo ás perguntas que V. Ex.^a n'ella faz, posso informar que, do que consta pelo testemunho de alguns homens velhos, esta Villa teve foral de epocha muito remota. O sello carimbo que enviei, foi tirado d'um dicionario que existe na Administração d'este Concelho, e parece ser a representação d'uma das faces do capitel do pelourinho. O capitel d'este ainda aqui existe; e se V. Ex.^a desejar, posso mandar-lhe uma photographia de cada um dos seus lados. Pelo que aqui se diz o pelourinho é da primitiva de Rodam; esta Villa parece ser muito antiga e a fundação do concelho tambem ter sido feita ha remotos annos. Dizem alguns velhos que teem ouvido que nas proximidades d'esta villa existiu em tempos muito afastados uma cidade chamada Ródin; não há n'este Concelho elementos com os quaes eu possa elucidar mais V. Ex.^a como era meu desejo. Um incendio que honve nos Paços do Concelho ha 60 e tal annos, destruiu o livro do Tombo e as varas de vereadores a que V. Ex.^a se refere, que podiam servir agora de bons elementos para V. Ex.^a. Se mais

alguns elementos eu puder alcançar para elucidar V. Ex.^a lh'os fornecerei na primeira occasião. Para o que fôr prestavel fico ao dispôr de V. Ex.^a. Muito Att.^o e Obgd.^o (a) *José da Cruz Fillippe*.

O sello carimbo referido n'esta carta, tem um escudo tracejado verticalmente com cinco castellos. O escudo é acompanhado de dois ramos de louro atados em ponta



Sello de Rodam segundo este parecer

e em volta os dizeres: «Camara Municipal do Concelho de Villa Velha de Rodam».

Em resposta á ultima carta transcripta, pedi photographias de tudo quanto estivesse no pelourinho, recebendo a seguinte resposta :

Villa Velha de Rodam, 10-12-925. — Ex.^{mo} Sr. — Accuso a recepção da carta de V. Ex.^a que agradeço. Logo que o tempo se modifique um tanto, remetterei a V. Ex.^a as photographias das quatro faces da cabeça do pelourinho d'este Concelho. Por aqui tem chovido torrencialmente, motivo porque não tenho podido tirar as photographias referidas como é de meu desejo, e tanto mais que ha aqui um certo interesse em conhecer as Armas d'este Concelho. Para o que fôr prestavel fico ao dispôr de V. Ex.^a seu V.^{or} e Obgd.^o — O Chefe da Secretaria Municipal (a) *José da Cruz Fillippe*.

Passado um anno tornei a pedir as photographias do pelourinho, recebendo a seguinte resposta :

Camara Municipal do Concelho de Villa Velha de Rodam. — Ex.^{mo} Sr. Affonso de Dornellas. — Lisboa. — Só hoje me foi possible! responder á sua carta porque só agora consegui as photographias das quatro faces do capitel do pelourinho d'este Concelho. Ha aqui grande interesse em conhecer a historia das armas d'este Concelho e assim logo que V. Ex.^a possa fazer um juizo seguro sobre a mesma é um grande favor que V. Ex.^a presta a este Concelho que muito reconhecidamente lhe agradece. Secretaria da Camara Municipal do Concelho de Villa Velha de Rodam, 22 de Fevereiro de 1927. Pelo Presidente, O Chefe da Secretaria (a) *José da Cruz Fillippe*.

Vinha esta carta acompanhada das photographias das quatro faces do capitel do pelourinho, onde se vê um escudo com cinco castellos em cruz.

Ainda a Camara Municipal expediu o seguinte officio :

Camara Municipal de Villa Velha de Rodam. — N.^o 59 — Em 13 de Junho de 1928. — Ao Ex.^{mo} Sr. Affonso de Dornellas — Lisboa — Tem esta Camara muito interesse em saber quaes as Armas d'este

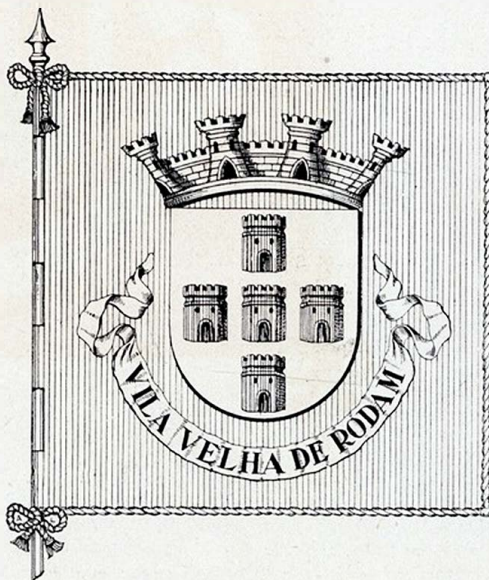
Concelho, já pelo valor historico que o estudo representa já porque desejava que no seu estandarte, que vae mandar fazer, figurassem as mesmas Armas. Como V. Ex.^a teve a amabilidade de ter comunicado, que estava encarregado de fazer o respectivo estudo, vem esta Camara solicitar-lhe se dignasse informar, se até Junho de 1929 o alludido estudo poderia estar feito, porquanto n'aquella data terá logar na séde d'este Districto o 4.^o Congresso Beirão e muito interesse ha que então já haja conhecimento das Armas d'este Concelho. Com os meus respeitosos agradecimentos desejo a V. Ex.^a — Saude e Fraternidade. Pelo Presidente, O Chefe da Secretaria (a) *José da Cruz Fillippe*.

E' interessante o facto de não constar das obras que tratam em Portugal da Heraldica de Dominio, qualquer referencia ás Armas de Villa Velha de Rodam, quando afinal apparecem no Pelourinho do tempo do Rei D. Manuel I.

Ainda bem que ha conhecimento d'estas Armas para que mais uma vez se possa dizer que não ha heraldica como a antiga ; bem ordenada estheticamente e bem organizada historicamente.

Em 1855 pensou a Camara Municipal de Lisboa em organizar uma obra respeitante á Heraldica Portugueza de Dominio, para o que enviou uma circular a todas as Camaras Municipaes, pedindo os elementos precisos para esse fim.

Não se chegou a fazer a obra, mas ficou o processo no archivo respectivo.



Bandeira de Rodam com as cores indicadas heraldicamente

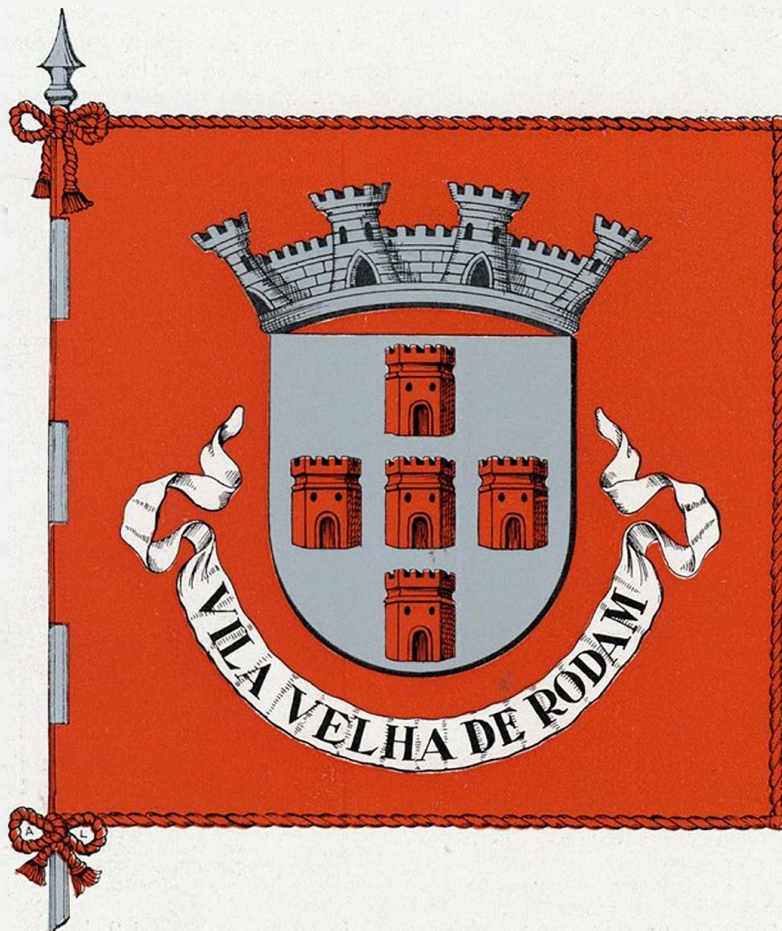
Vejamos o que alli encontrei sobre Rodam :

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — A Camara Municipal de Villa Velha de Rodam a que tenho a honra de presidir, muito exultaria em poder tambem contribuir para o Monumento Nacional, que a Ex.^{ma} Camara de Lisboa tenciona levantar; não só pela utilidade que julga provir de uma tal obra, mas além d'isso pela gloria que d'ahi resultará á sua

Patria, a qual tem a mais decidida afeição. As vicissitudes porém do tempo e as muitas guerras civis e tambem estrangeiras de que o nosso Paiz tem sido desgraçada victima, não tem deixado chegar ao conhecimento indicio algum, por onde se possa vir a conhecer, quaes foram as Armas d'esta Villa, e muito menos qual a sua historia, apenas no pelourinho collocado no centro da praça publica d'esta Villa se vê o que no papelinho incluso vae esboçado: ajudado por elle e pelo Elucidario de St.^a Rosa de Viterbo debaixo da palavra Açafrã—Ajudado tambem por outros antiquarios talvez V. Ex.^a possa vir no conhecimento do que deseja; no que muito gosto experimentará

cercassem mas, em compensação, teve variados fortes, torres ou atalaias nas imediações, estabelecendo uma forte linha de defeza, restando ainda parte de uma enorme torre no ponto mais alto da região, donominado — «Portas de Rodam» — e restos de outras fortalezas nas margens do Tejo.

Ainda durante a guerra peninsular foram aproveitadas varias das posições antigas.



Bandeira e armas de Villa Velha de Rodam

quem se confessa de V. Ex.^a, Mt.^o Att.^o e Obgdm.^o (a) *João Esteves de Figueiredo* — Villa Velha de Rodam, 10 de Novembro de 1855.

Grande como é a historia d'esta importante Villa, facil seria portanto organizar umas Armas com elementos de sobra, mas, existindo de longa data um especimen de heraldica antiga, de forma alguma a Associação dos Archeologos aconselharia que se adoptassem outras. Unicamente o que temos a aconselhar é os esmaltes a empregar e a correcção a fazer no desenho.

Villa Velha de Rodam nunca teve muralhas que a

Não é conhecida a epocha em que foram construidas estas fortalezas, mas foi esta região pertença da Ordem do Templo, pelo menos, desde 1119 em que D. Sancho I lhe doou a herdade da Açafrã, sendo Mestre da Ordem D. Lopo Fernandes.

Extinta a Ordem dos Templarios, passou Villa Velha de Rodam para a Ordem de Christo, portanto, é muito natural que as fortificações que defendiam a Villa, as Portas de Rodam e o Tejo, fossem construidas pelas referidas Ordens.

O que é facto é que o seu Pelourinho tem, n'uma das faces, cinco castellos ou torres em cruz; sendo nossa opinião que as cinco torres se mantenham como representação da defesa militar local.

Vejamos pois como devem ser esmaltadas estas Armas e como deve ser o respectivo estandarte:

— De prata com cinco torres de vermelho em cruz. Coroa mural de quatro torres. Bandeira vermelha com um metro por lado. Fita branca com letras pretas. Cordões e borlas de vermelho. Haste e lança de prata.

Indicamos a prata para o campo por este metal significar em heraldica humildade riqueza e, de facto, Villa Velha de Rodam bem merece estas significações que bem definem os seus dotes naturaes.

As torres devem ser de vermelho porque este esmalte em heraldica caracteriza as victorias, os ardis e as guerras. As differentes fortalezas existentes nas proximidades de Villa Velha de Rodam foram utilizadas em defeza local e até para defeza do Paiz.

A Ordem do Templo alli travou varias luctas e alli manteve o seu dominio em favor de Portugal.

As Armas de Villa Velha de Rodam devem ser encimadas por uma coroa mural de quatro torres por ser esta coroa a que caracteriza as Villas.

Segundo as regras da heraldica, as bandeiras são das cores das peças principaes das armas, portanto, deve ser vermelha a bandeira de Rodam.

Publicada nos jornaes a noticia da sessão em que este assumpto foi tratado, foi despertado o seguinte officio:

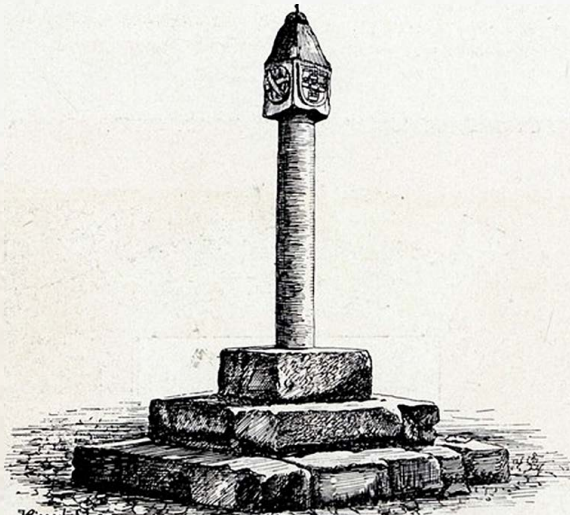
Camara Municipal do Concelho de Villa Velha de Rodam. — N.º 102. — Em 29 de Setembro de 1928. — Ao Ex.º Sr. Afonso de

Dornellas. — Lisboa. — Tendo chegado ao nosso conhecimento de que já se encontra aprovado o parecer apresentado por V. Ex.ª na Associação dos Archeologos sobre o estudo do Brazão de Armas d'este Concelho, conforme o desejo manifestado pelo officio d'esta Camara de 13 de Junho. vem esta Camara sollicitar-lhe a sua valiosa interferencia perante a mesma Associação, para que seja enviada a copia do respectivo parecer, e mais detalhes que nos habilitem a faz-lo figurar no nosso estandarte. Com os nossos respeitosos cumprimentos, desejamos a V. Ex.ª Saude e Fraternidade. Pelo Presidente, (a) José da Cruz Fillippe.

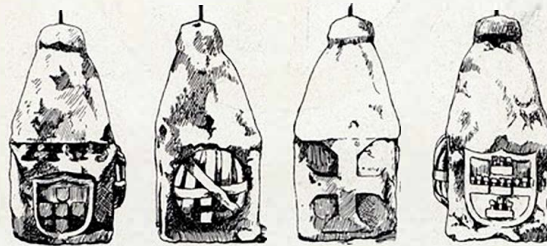
Depois de remetido o parecer, foi recebido o seguinte officio:

Camara Municipal do Concelho de Villa Velha de Rodam. — N.º 144. — Em 7 de Fevereiro de 1929. — Ao Ex.º Sr. Afonso de Dornellas. — Lisboa. — Tenho a honra de acusar a recepção do Parecer das Armas d'este Concelho de cujo estudo V. Ex.ª foi encarregado. Em meu nome pessoal e como representante d'este Concelho, agradeço a V. Ex.ª reconhecidamente todas as atenções por V. Ex.ª prestadas n'este assumpto a esta Camara. No que puder ser util, pode V. Ex.ª dispor do meu fraco prestimo. Saude e Fraternidade. O Presidente (a) José dos Santos Cardoso.

A Camara Municipal do Concelho de Villa Velha de Rodam aprovou o parecer acima transcripto e já mandou fazer o estandarte que concerteza já figurou no quarto congresso Beirão conforme a mesma Camara tinha manifestado desejo no seu officio datado de 13 de Junho de 1928, incluido no parecer respectivo.



Pelourinho de Villa Velha de Rodam



As quatro faces do capitel do Pelourinho de Villa Velha de Rodam

O desenho do pelourinho e os desenhos das quatro faces do capitel, foram executados em face das photographias referidas nas cartas transcriptas no parecer das Armas de Villa Velha de Rodam.

E' muito interessante este pelourinho pela sua simplicidade e é especialmente interessante o seu capitel por representar as quintas de Portugal, a Esphera Armilar, a Cruz de Christo e as Armas locaes.



TEIXOSO

Parecer apresentado por Afonso de Dornellas á Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes e approved em sessão de 27 de Junho de 1928.

NA Secretaria da Associação dos Archeologos Portuguezes foi recebido o seguinte officio :

Junta de Freguezia do Teixoso do Concelho da Covilhã. — A' Ex.^{ma} Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos. — Lisboa.

Cunha — Os Vogaes (aa) José Bizarro da Nave — José da Fonseca Ferraz.

A nova Villa de Teixoso parece que deve o seu nome ao facto de existir n'um local onde houve grande quantidade de teixos.

O Teixo é vulgar nas montanhas da Europa, nos Açores, na Argelia e na Asia. Leva muitos annos a formar-se até que a sua madeira seja aproveitavel. E' irregular muitas vezes a sua forma e de difficil cultura mas, de grande valor quando attinge uma grande idade. A



Bandeira e armas da Villa de Teixoso

— Ex.^{mos} Senhores. — Por indicação do Ex.^{mo} Sr. Dr. Valerio Cordeiro, muito digno membro d'essa Associação, nos dirigimos a V. Ex.^{as} pedindo-lhes a fineza de nos indicarem o projecto das Armas e o Estandarte que deve uzar a nova Villa de Teixoso, que temos a honra de representar. E' obsequio que muito nos penhorará e de que nos confessamos summamente gratos. — Saude e Fraternidade. — Teixoso, 12 de Junho de 1928. — A Comissão Administrativa da Villa de Teixoso. — O Presidente (a) *Mario Bernardo da Fonseca e*

sua madeira é identica ao ébano, não tem canaes resiníferos e quando pulida adquire o mesmo brilho e a mesma côr do ébano. O fructo do Teixo é inoffensivo e agradável ao paladar. A fôlha é venenosa em algumas regiões, sendo n'outras um bom alimento para bois e cabras, não podendo porém essas folhas, n'essas mesmas regiões ser utilizadas por qualquer outra especie de gado.

Pelos estudiosos é indicada a sua existencia em Portugal, nas regiões frias.

Ora a Villa de Teixoso é situada n'uma das muitas elevações da Serra da Estrella, na estrada que vae da Covilhã para Valhelhas.

Em heraldica, quando se assumem umas armas e ha



Sello de Teixoso segundo este parecer

possibilidade de serem fallantes, quando outro motivo superior não obrigue a abandonar este, devem ordenar-se por fórma que seja rapida a sua comprehensão.

Chamam-se fallantes as armas que na sua composição teem peças que significam o nome da terra que caracterizam ou que, pelo menos, dão uma ideia muito approximada d'esse nome.

Algumas das cidades e villas existentes na Serra da Estrella, teem por este motivo adoptado na composição das suas armas, uma estrella alusiva ao facto.

Pelos motivos expostos proponho que as armas e o estandarte da Villa de Teixoso, sejam ordenadas pela seguinte forma :

— *De prata com um teixo de verde frutado de ouro e arrancado de negro. Em chefe, uma estrella de cinco pontas de vermelho. Coroa mural de quatro torres para representar a cathegoria de Villa. Bandeira com um metro por lado esquartelada de verde e de negro, por serem estes os principaes esmaltes da peça principal das armas.*

Por baixo das armas uma fita branca com os dize-

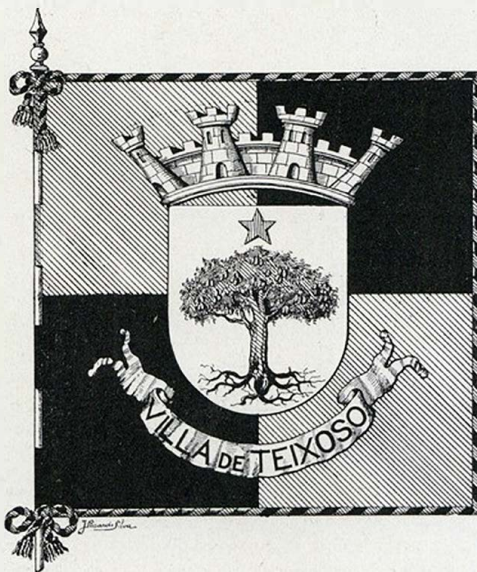
res «VILLA DE TEIXOSO» de negro. Cordões e borlas de verde e de negro. Haste e lança de ouro.

Indico a arvore arrancada de negro, por este esmalte representar a terra e significar honestidade.

*
* *
*

Passado tempo recebi a seguinte carta :

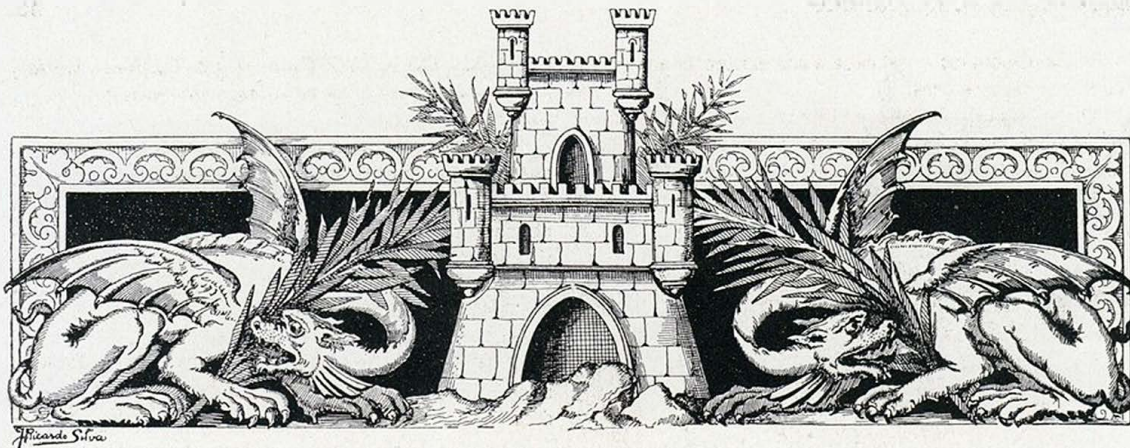
Teixoso, 11 de Janeiro de 1929. — Ex.^{mo} Senhor. — Tenho o prazer de, muito reconhecido, acusar a recepção da presada carta de V. Ex.^a de 8 do corrente e do parecer e provas do estandarte e sello, referentes a esta villa, e ao mesmo tempo agradecer a V. Ex.^a a gentileza com que se dignou atender o pedido formulado pela Junta de



Bandeira de Teixoso com as cores indicadas heraldicamente

Freguezia a que presido, em officio de 12 de Junho de 1928. Espero dever a V. Ex.^a a fineza de me dizer, com a possivel brevidade, a despeza feita com esse trabalho e sua remessa para aqui, para satisfazer a respectiva importancia. Com toda a consideração me assigno. De V. Ex.^a Mt.^o Att.^o V. ^r e Obd.^o (a) *Mario Bernardo da Fonseca e Cunha*. Presidente da Comissão Administrativa de Teixoso.





HERALDICA DE FAMILIA

As armas dos Reis D. João I e D. Manuel I, Infantes D. Pedro e D. Henrique, Vasco da Gama e Affonso de Albuquerque

Relatorio apresentado pelo Conde de São Payo (D. Antonio) á Associação dos Arqueólogos Portuguezes sobre uma consulta dirigida pelo Commissario Geral da Exposição Portuguesa em Sevilha

COM a data de 18 de Julho de 1928, a Associação dos Arqueólogos Portuguezes recebeu um officio do Commissario Geral da Exposição de Sevilha, que remeteu á Secção de Heraldica e Genealogia afim de dar o seu parecer.

Esse officio rezava assim :

Ex.mo Sr. Presidente da Associação dos Arqueólogos Portuguezes — Lisboa

Desejando este Com-ssariado Geral fazer figurar na ornamentação interior do Pavilhão Portugues na Exposição Ibero Americana de Sevilha as armas usadas pelos Reis D. João I e D. Manoel I. pelos Infantes D. Henrique e D. Pedro, por Vasco da Gama e por Afonso de Albuquerque; tenho a honra de solicitar que pela secção de Heraldica e Genealogia dessa douta Associação me seja indicada com a possível brevidade a composição das referidas armas.

Apresentando a V. Ex.ª os protestos da minha mais elevada consideração, subscrevo-me desejando a V. Ex.ª

SAUDE E FRATERNIDADE

Commissariado Geral da Exposição Portuguesa em Sevilha, Lisboa, 13 de Julho de 1928.

O Commissario Geral,
M. Silveira e Castro

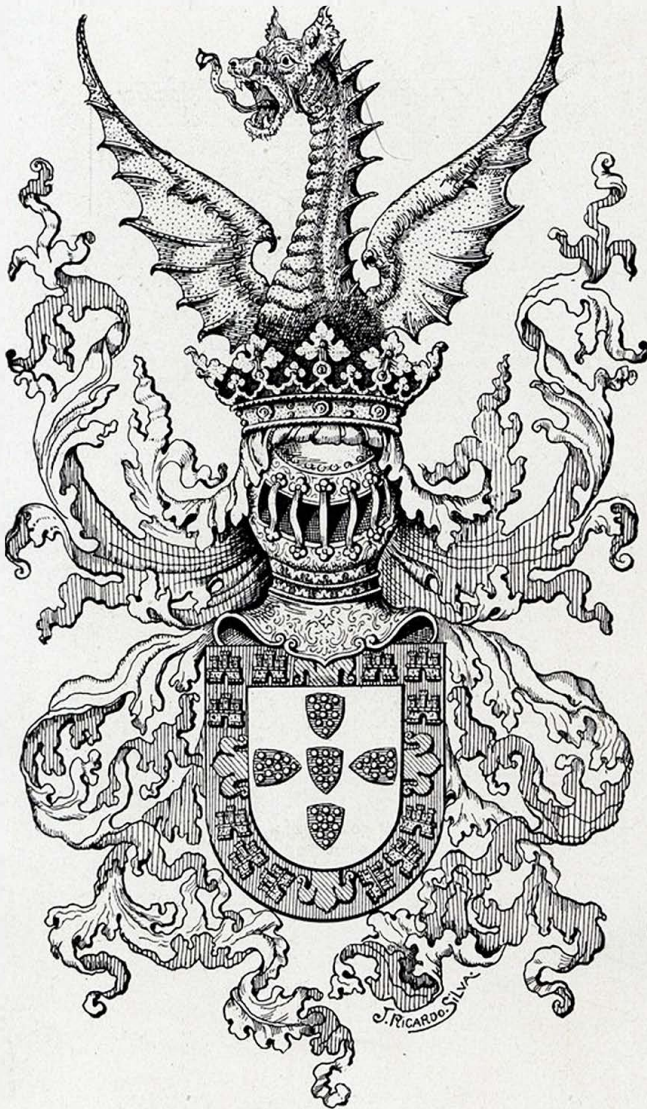
Por indicação da mesma Secção o signatario encarregou-se de estudar o assumpto, convencido de que informar, com a possível segurança, ácerca dos brazões de armas de tão eminentes personagens seria não só grata mas fácil tarefa.

Com efeito, simples foi fazel-o ácerca das armas do Mestre de Aviz, e do Rei venturoso. Do primeiro existem selos, moedas, e pedras de armas como fontes documentais.

Do segundo são documentos categoricos, as iluminuras das suas armas nos livros matrizes da Armaria Portuguesa: os do *Armeiro mor* e da *Torre do Tombo*.

As armas do 1.º Conde da Vidigueira veem também registadas no ultimo destes armoriais, e são as dos Gamas com um acrescentamento honroso dum escudete colocado no ponto de honra, de prata com cinco escudetes de azul em cruz, carregados cada um com cinco besantes dourõ.

A gravura heraldica impressa no frontespicio da 2.ª edição dos *Comentarios*, a biografia do «terribil» escrita e impressa pelo proprio filho, conquanto o mesmo discuta e discorde da propriedade de tais armas, parece-nos documento suficiente para nos ilucidar que



Armas de D. João I

aquele de quem se disse fôra Duque de Goa usava para e simplesmente das armas e timbre dos Albuquerquees.

Restavam os dois inclitos infantes: pela sua alta gerarquia, pelos seus monumentos, pela sua notoriedade de todos os tempos, era de calcular que tudo nos informasse — e foi essa a nossa surpresa e, para o nosso patriotismo, dolorosa desilusão, o verificarmos que não acontecia assim. Os tumulos da Batalha, não nos inspiravam a menor confiança documental; são todos ou recentes ou de moderno restauro, e o que ele foi no que respeita à heraldica di-lo em amargas palavras Braamcamp Freire, na *Crítica e Historia*, referindo-se ao tumulo de D. João II. Rabuscámos então arquivos e

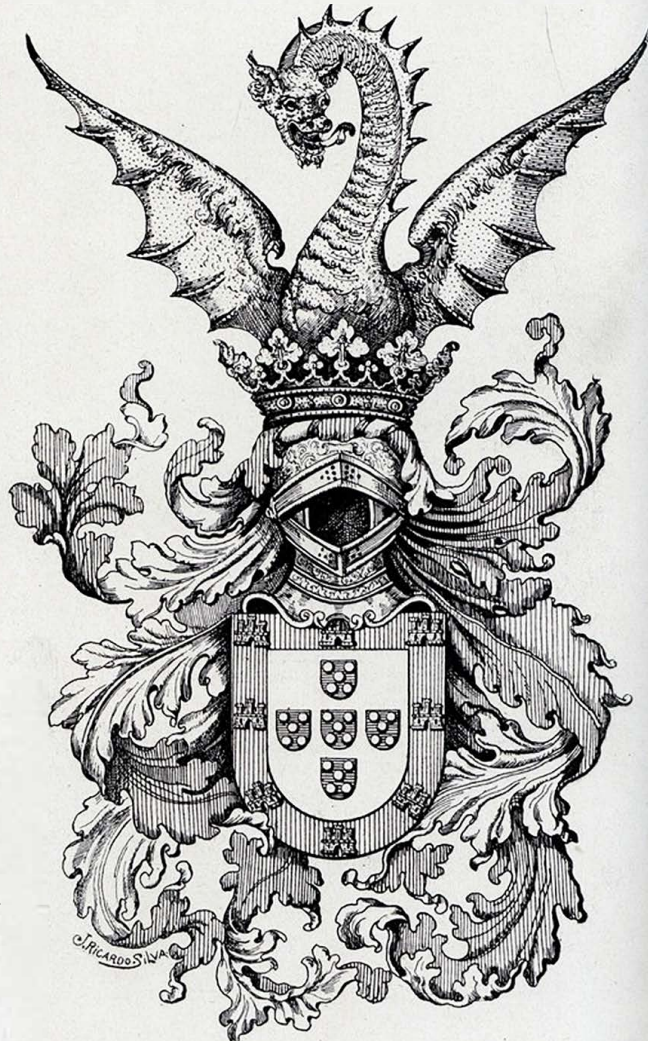
bibliotecas, tratados e documentos, e as informações que colhiamos eram parcas ou nulas, ou não ministravam grande segurança.

As fontes documentais optimas, deveriam ser os sellos, mas um do Infante D. Henrique que se encontrou no arquivo nacional da Torre do Tombo está muito pouco nitido, e um do Infante D. Pedro que se deveria encontrar em Coimbra (!) com mais quatro outros preciosos sellos de estado, não se lhe encontra senão o logar.

Tudo conspirava para adensar o veu sobre as insinias heraldicas dos dois Infantes.

Pois não era coisa a que êles decerto ligaram nenhuma importancia. A sua, foi a época em que a heraldica fôra mais cultivada, apreciada, e atingiu a sua

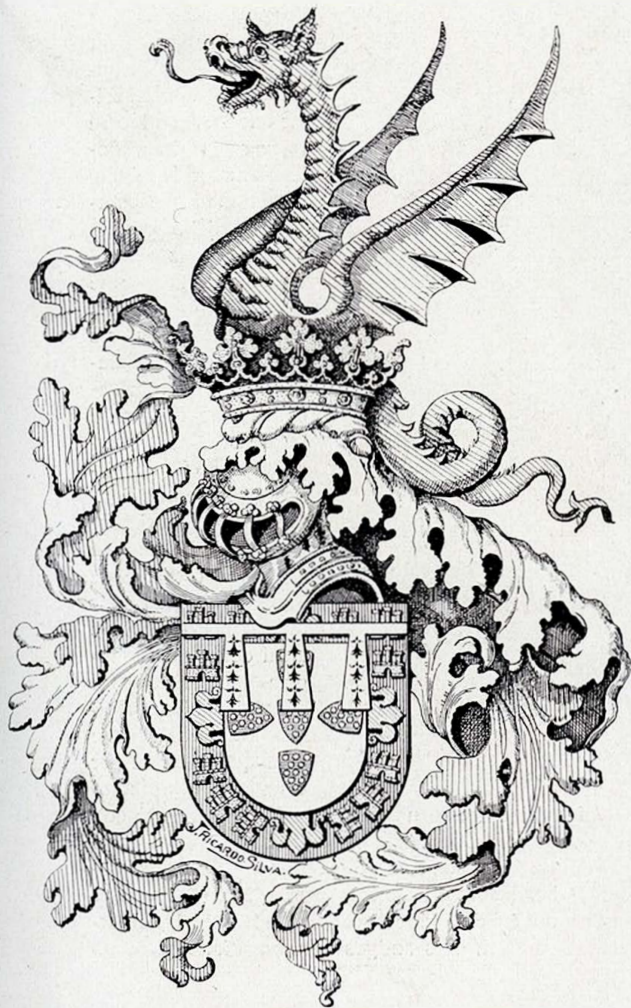
(!) No arquivo camarario: Maço de Papeis Ant.os n.º 8.



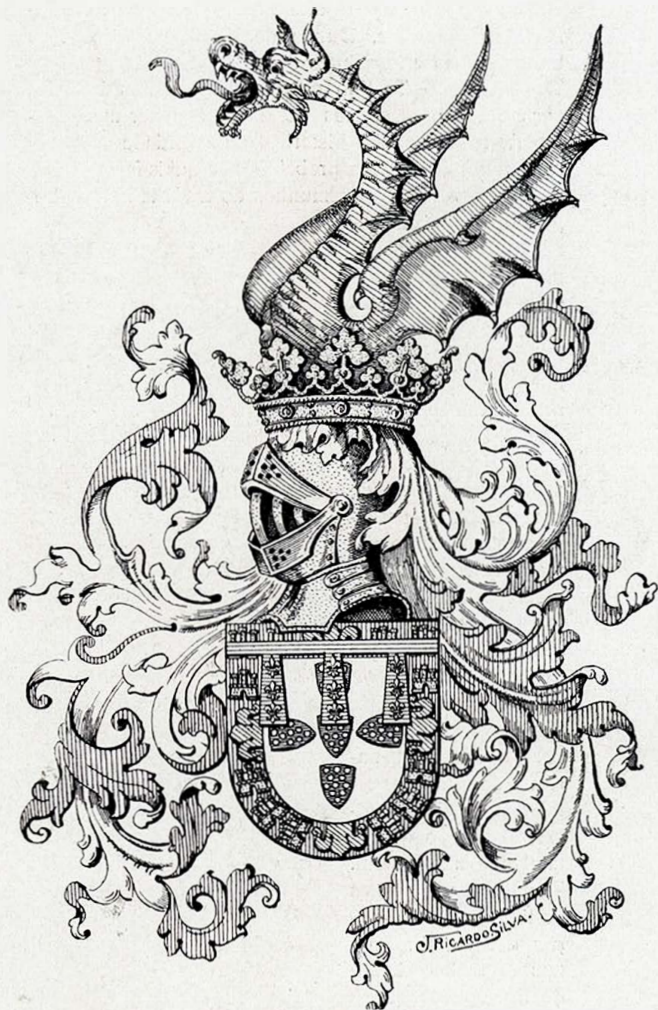
Armas de D. Manuel I

plena floração; foi a época dos motes, das divisas, das emprêsas, tão caras ao espirito de então que até regista na historia a guerra das *duas rosas*. Eles que para si se haviam apropriado respectivamente da divisa das balanças com o mote «Désir», e do mote «Talent de Bien Faire», eles tão meticolosos e legalistas, por certo que não haverião de ter trazido as suas armas mal ordenadas. Que trariam as armas paternas, era ponto que nos não admitia duvidas, e que seriam essas armas diferenciadas por um *lambel* ou banco de pinchar, tambem era para nós ponto assente, e assim pensava tambem A. Braamcamp Freire (!); qual a diferença de cada um desses bancos de pinchar, do banco simples do Principe herdeiro, é que era o assunto da nossa desesperada investigação.

() Armaria Portuguesa, pag 551.



Armas do Infante D. Pedro (Duque de Coimbra, Regente do Reino)



Armas do Infante D Henrique (Duque de Vizeu, o Navegador)

Vimos finalmente á sua descoberta numa passagem de D. Antonio Caetano de Souza perdida no meio daquela sua enorme obra a *Historia Genealogica da Casa Real*, e perdida sim, porque perdidas estão todas as noticias historicas quando não se encontram no seu logar — mórmente quando uma obra toma as proporções da *Historia do Teatino*, e quando no logar proprio a informação que se encontra logo se vê ser fantasia.

Perdido portanto no meio do VII volume da *Historia Genealogica*, a paginas 487, ao relatar as armas adoptadas pelo Duque de Bragança D. Jaime quando foi jurado principe herdeiro de D. Manuel I, a proposito da diferença do labeo, ou banco de pinchar como mais vulgarmente era denominada, que, na sua qualidade de futuro successor eventual da coroa, sobre as armas reaes ele colocou, diz Caetano de Souza: «... como foy o Infante D. Pedro Duque de Coimbra: que trazia em

cada pé do banco de alto abaixo tres mãos, e o Infante D. Henrique, Duque de Vizeu, em cada pé do banco usava de trez flores de Lirio.»

Não diz o Teatino os esmaltes proprios daquelas peças heraldicas, temos portanto que fazer um trabalho de reconstituição historica, e na verdade podemos conjecturar com muita probabilidade quais fossem.

Sabemos, pelos testemunhos do cronista Fernão Lopes e do heraldista Soares d'Albergaria, ultimamente tão carinhosa e justamente tirado do olvido pelo nosso consocio Ex.^{mo} Sr. Antonio Machado de Faria de Pina Cabral (1), que D. João I teve ao seu serviço um rei d'armas inglez, Arieta de nome, obtido provavelmente, e muito naturalmente, por intermédio de seu sógro o inglez peninsular João de Gante, Duque de Lencastre.

Ora o sabio rei de armas Arieta, veio encher a heraldica nacional das práticas normandas anglo-saxonicas, o que era aliás tambem muito natural. Temos disso muitos vestigios: as *diferenças* dos membros da familia real, o timbre do dragão das armas reais, as *diferenças* collocadas num cantão, ou *brica*, o patrocínio de S. Jorge, a cruz do mesmo santo como emblema e bandeira de guerra, as *palavras tecnicas* como *labeo*, derivada com muito mais probabilidade da inglesa *label*, do que da francesa *lambel*, *timbre*, do inglez antigo *timbre*, palavra hoje substituida pela *crest*, e ainda a dignidade de Duque, tambem introduzida por eles.

Facto sobremaneira característico e interessante deste fenómeno de introdução e de assimilação inglesa é, como

referimos, o timbre das armas reais. Antes de D. João I, era o timbre real desconhecido entre nós. Pelo menos assim o dizem os nossos autores, e os documentos que conhecemos não os desmentem. Categoricamente tambem o dizem ser de introdução inglesa, mas no que elles se enganam redondamente é na interpretação que lhe dão dizendo-o assumido em memoria da Ordem da Jarreteira, ou de São Jorge, seu patrono,

na qual D. João I foi investido. Com efeito o dragão é um dos elementos das ensignas desta famosa milicia, mas figura como representação do demónio espinhado, mortalmente ferido e vencido pelo guerreiro São Jorge, numa joia que os cavaleiros trazem ao pescoço. Ora repugna em absoluto aceitar que D. João I fosse relevar da desprimorosa e merecida attitude tão antipatico e aborrecido sujeito para o elevar até aos cocorutos do seu elmo, e até sobrepujar-lhe a coroa. Por isso outros autores como Vilas Boas Sampaio, viram-se obrigados a classifica-lo de serpente, e de o interpretar como figura mistica do Redentor, figuração aceite na simbologia cristã, que se reporta à serpente de bronze arvorada por Moisés no deserto. Mas alem de uma razão logica que existe para repudiar tal interpretação, ha uma razão de facto que a exclue por completo, é a muito

simples, de somente um século mais tarde, no reinado de Henrique VII, tal joia e emblema ter sido criada, não existindo antes dele, como é o sentir unanime dos modernos heraldistas e historiografos ingleses (2). Deve ser outra a origem do timbre das armas de D. João I. Se percorrermos os timbres antigos da Casa Real Inglesa no



Armas de D. Vasco da Gama (Conde da Vidigueira, 1.º Almirante do Mar das Indias)

(1) Antonio Soares de Albergaria heraldista do século XVII.

(2) Charles Boutell, *English Heraldry*, pag. 286.

ramo da casa de Lencastre vamos encontrar a Tomaz, II Conde de Lencastre, usando por timbre um dragão (4); é aqui onde se deve filiar a origem do timbre real, e significará a aliança de D. João I com a casa de Lencastre, tal como o timbre do cavalo nascente de prata com 3 lançadas no peçoço representa a aliança do 1.º Duque de Bragança, com a linhagem de sua mulher, os Pereiras, de quem se contava que D. Rodrigo Forjaz, o Bom, havia tido seu cavalo ferido com lançadas no peito, quando aprisionara o rei de Navarra, em Santarem, em tempos de D. Garcia, rei de Galiza e Portugal.

Pelo testemunho do mesmo eminente heraldista seiscentista, sabemos também que foi este oficial de armas quem ordenou as armas do Conde de Barcellos, o regio bastardo legitimado, depois da sua vinda da expedição a Ceuta, e é provável que também o fizesse para os seus outros irmãos. Ora, era pratica ingleza constante, differenciar as armas de familia, principalmente as de régia estirpe, por meio do lambel, onde se reproduziam os sinais heraldicos de outras armas que provinham ao cavaleiro por linhas femininas. Assim, por exemplo, os Duques de York, da dinastia plantageneta, differenciavam as suas armas reais

d'Inglaterra, com um lambel de prata com trez arruelas d'azul, que eram as armas da casa de Wake, de quem descendiam por linha materna; e Edmundo, o 1.º Conde

de Lencastre, filho segundo de Henrique III, e trisavó da rainha D. Filipa de Lencastre, differençaava as reais armas de seu pai, com um *lambel* ou labeo, de azul com tres flores de liz de ouro em cada pé, pelo seu casamento com Branca d'Artois (5).

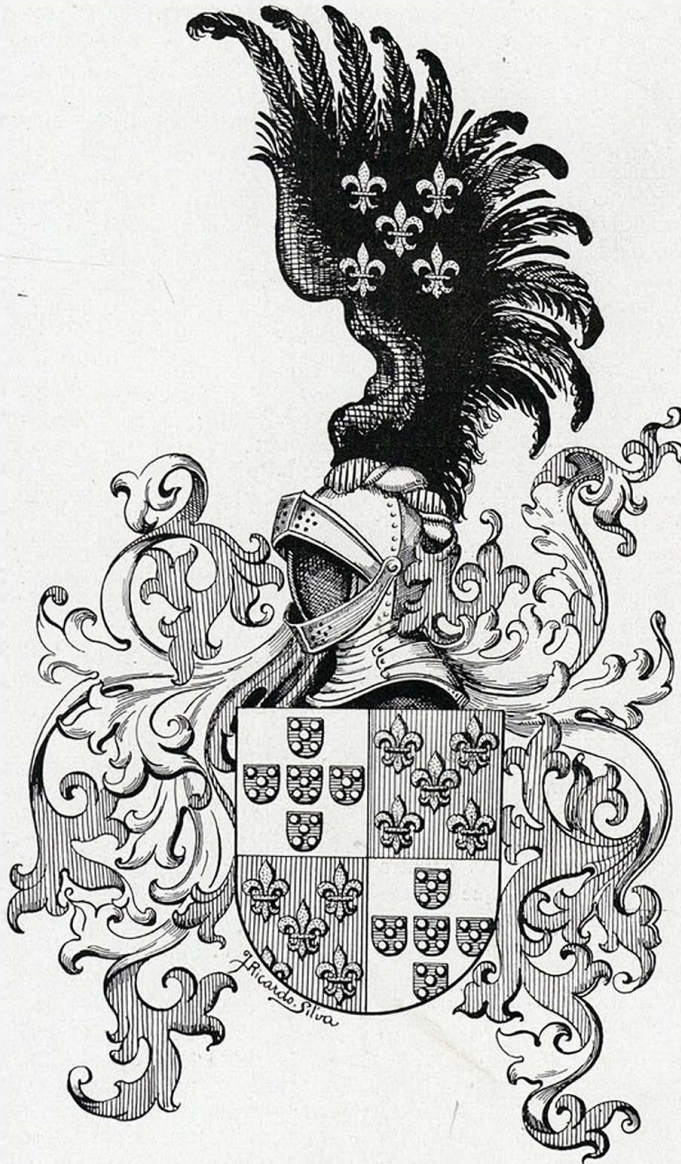
Devia ser portanto esta a differença que o rei d'armas Arieta designou para o Infante D. Henrique, quer dizer, ficariam as suas armas sendo de Portugal-Aviz, differenciadas por um lambel de França, de cuja casa real descendia pela sua tetravó Branca d'Artois, rainha viuva de Navarra, e da casa Real de França.

Quanto a seu irmão, D. Pedro, Duque de Coimbra, diznos Caetano de Sousa, que a sua differença era um lambel com tres mãos em cada pé. A ser assim, também na casa de Lencastre se deve ir filiar esta differença.

Conforme vemos num selo de Ricardo II, alem da sua effigie e armas, existem entre outros emblemas ou divisas (*badges* lhe chamam os inglezes) uma mão.

Parece portanto, conclue Planchée, na sua obra *Poursuivant of Arms*, que a mão era também uma divisa da casa de Lencastre, e não será portanto de admirar vi-la encontrar na differença das armas do Regente; os seus esmaltes deveriam

ser prata e vermelho, pois de prata é o esmalte vulgar desta differença, e vermelho o da mão, peça alias bastante frequente na armaria ingleza, onde ela é conhe-



Armas de Afonso d'Albuquerque

(4) Ibid. pag. 218.

(5) Op. cit. pag. 183.

cida pelo nome de «*the bloody hand of Ulster*». Anselmo Braamcamp Freire teve porem das armas do Duque de Coimbra melhor e mais detalhada informação; include na sua *Armaria* as armas do Infante D. Pedro como tendo por differença um lambel, tambem de prata, mas com duas pontas de arminhos em cada pé. Não cita todavia a fonte do seu conhecimento.

Pois não lhe faltavam autorizadas fontes, e o que é curioso notar, é que Braamcamp Freire andou um dia com a mão por cima das armas do Infante, e não as reconheceu, directa nem imediatamente, nem ainda as leu integralmente. Em Agosto de 1918, já depois, ao que nos parece de publicada a sua versão das armas do Duque de Coimbra na *Armaria* Portuguesa, publicou no jornal *Diario de Noticias* um artigo onde identificava como sendo tumulo, ou cenotafio pelo menos, da Duqueza, um dos trez tumulos, existentes no mosteiro novo de Santa Clara de Coimbra, e para lá passados do velho. Identificou-o pelos sinais heraldicos que nele se ostentavam, mas principalmente pelas palas de Aragão, que a mais nenhuma princeza se poderiam attribuir senão a D. Isabel d'Urgel, por isso que não poderiam ser da Rainha D. Leonor d'Aragão, visto que na 1.^a pala do escudo, as armas de Portugal Aviz tinham um lambel por differença, o que implicavam ser as armas de um infante. Pois segundo informação que gentilmente nos foi fornecida pelo nosso distinto consocio Ex.^{mo} Sr. Antonio Machado de Faria de Pina Cabral, esse lambel, ostenta em cada pé trez pontos de arminhos.

Era precisamente esta differença a que sobre as suas armas paternas, as riais da Inglaterra, usava seu avô João de Gante, na forma de um lambel com as armas da casa ducal da Bretanha (de prata, semeado d'arminhos), da qual por geração descendia (1).

Deve (2) ter sido esta a differença do Regente. Caetano de Souza, ou o seu informador, deveriam ter tomado por *mãos* os pontos de arminhos, o que numa má representação é admissivel acontecer.

Averados assim os sinais interiores dos escudos, resta averiguar os seus ornatos exteriores. Que os inclitos Infantes usavam armas com escudo elmo e timbre, é ponto fóra de duvida: numa carta dirigida pelo Regente á Camara de Coimbra, e a que lá atraz fizemos referencia, fala-se claramente num dos seus selos que era «...outro... das mynhas armas com elmo eçimeira»... Do estudo do Regimento d'Armaria e dos Livros do Ar-

meiro Mór e principalmente do chamado da *Torre do Tombo* infere-se que os escudos dos infantes deveriam ser encimado por um elmo d'ouro, colocado de trez quartos, e coroado duma coroa ducal. O timbre segundo os mesmos documentos, seria o dragão, cuja significação lá atraz explicámos.

A'cerca da sua cor é que não é facil dizer com seguurança qual seria. A primeira vez que os timbres dos membros da familia rial são representados a côres é naquele armorial chamado livro da *Torre do Tombo*, matriz mandada organizar por D. Manuel I. Ali se veem os timbres pintados pela forma seguinte: O rei—de ouro, e de frente; O Principe—de ouro; o Infante D. Luis, de prata, alado de ouro; Infante D. Fernando—de vermelho; Infante D. Afonso—de azul; Infante D. Henrique—de negro; Infante D. Duarte—de azul; Infante D. Antonio—de verde; todos de perfil. Vê-se portanto que sendo o timbre real um dragão de ouro, nascente, de frente; o do principe, de prata alado de ouro, e de perfil, os dos mais Infantes eram de côres diferentes, provavelmente seguindo a ordem das cores heraldicas (vermelho, azul, verde, purpura e negro) a ordem do seu nascimento. O que porem acontece de curioso é que foi o esmalte verde do Infante D. Antonio aquele que prevaleceu, e de certa data em diante, até os nossos dias, o timbre real tem sido considerado genericamente de verde. Na ignorancia da exacta coloração do timbre dos dois Infantes não será incorrecto attribuir-se-lhe a de verde, como vulgarmente adoptada e reconhecida.

Não deixaria, finalmente, de ser interessante colocar-se debaixo do escudo de cada um dos Infantes a sua divisa—«*Talent de Bien Faire*» para o D. Henrique; «*Désir*», para D. Pedro.

E' tambem curioso notar que parece ter sido differença do Infante D. Fernando um lambel d'Inglaterra: de vermelho com trez leopardos de ouro, passantes na travessa. Ignoramos qual fosse a do Infante D. João.

O Principe D. Duarte usava por differença um simples lambel de azul, conforme se pode ver no desenho de Dürer do arco de triunfo do Imperador Maximiliano.

De tudo isto se resume:

—Armas d'El-Rei D. João I: de prata, com uma cruz retalhada dazul de cinco peças, bezantada do primeiro; assente sobre uma cruz verde floreteada (que é da Ordem de Avis); e uma bordadura de vermelho com 10 castelos de ouro entre os braços de cruz. Elmo de ouro, aberto, de frente, coroado de uma coroa real aberta; Timbre: um dragão nascente de ouro, de frente.

—Infante D. Pedro, Duque de Coimbra: escudo como o precedente, e por differença um lambel de prata com trez mãos vermelhas em cada pé, aliás trez pontos de arminhos. Elmo de ouro, de trez quartos, coroado de uma coroa ducal; Timbre: dragão nascente de verde, posto de perfil.

— Infante D. Henrique, Duque de Vizeu: as prece-

(1) Op cit. pag. 183.

(2) E' de notar que destas mesmas armas e differença usou seu filho mais velho, o Condestavel D. Pedro, conforme se vê numa pedra encontrada numa das torres do castelo da vila de Fronteira, onde as suas armas e divisa estão relevadas. Esta pedra encontra-se reproduzida, comquanto com pouca claresa, no *Archeologo Portuguez*, vol. XIX, pag. 395, acompanhando um artigo do sr. Dr. J. Leite de Vasconcellos, e em *Arqueologia e Historia*, vol. III, pag. 141, num artigo do sr. Julio Nunes de Freitas. Nem um nem outro mencionam porem a existencia dos pontos de arminhos.

dentes, e por diferença um lambel de azul com trez flores de liz de ouro em cada pé. Elmo, coroa e timbre como o procedente.

— El-Rei D. Manuel: de prata com cinco escudêtes de azul em cruz, carregados cada um com cinco besantes de prata; bordadura de vermelho com oito castelos de ouro. Elmo de ouro, coroadado. Timbre: dragão nascente, de ouro, de frente.

D. Vasco da Gama, 1.º Conde da Vidigueira: xadreado de ouro e vermelho de tres peças em faixa e cinco em pala, as de vermelho carregadas de dois filêtes de prata postos em faixa; no ponto de honra um escudête

de prata com cinco escudêtes de azul em cruz, carregado cada um com cinco besantes de ouro, brocante. Timbre: meio naire, de braços nus, vestido e toucado á moda da Índia de suas cores, tendo na mão direita o escudo das armas, e na esquerda um ramo de canelêira de verde, florido de ouro. Elmo de prata, aberto de três quartos, guarnecido de ouro, encimado pelo coronel de conde.

Afonso d'Albuquerque: Esquartelado: ao 1.º e 4.º de Portugal antigo; ao 2.º e 3.º de vermelho com cinco flores de liz de ouro que é d'Albuquerque. Elmo de prata aberto de trez quartos, guarnecido de ouro. Timbre: Uma aza de negro, carregada de cinco flores de liz do escudo.



O Braço de João das Regras

Comunicação feita á Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes em sessão de 8 de Maio de 1929 pelo seu correspondente Armando de Matos

No meio de uma Nação decadente, mas rica em tradições, o mister de recordar o passado é uma especie de magistratura moral. Uma especie de sacerdocio. Exercitem-no os que podem e sabem porque, não o fazer é um crime...

De «O BOBO», Alexandre Herculano

NO decorrer destas notas, evocam-se trez das grandes figuras historicas de Portugal, cada uma das quaes é inconfundivel no seu campo de acção. São, sem duvida, as maiores da sua época, e formam um glorioso triptico da nossa ascendencia social.

São elas D. João I, D. Nuno Alvares Pereira e o doutor João Afonso das Regras!

Os seus vultos surgem fulgurantes perante os nossos olhos, não porque eu o tentasse fazer em recortes biograficos, mas quasi sómente pela citação dos seus nomes.

De tal envergadura, de tal tamanho, só por si nos dizem dos valores e méritos com que encheram toda uma época, de patriotismo e de razão, ou melhor ainda, de personalidade.

O facto que provoca estas notas e comentarios, é a análise simbologica do destintivo nobiliarquico de João das Regras, prémio dos seus engenhos de espirito e de intelligencia, e de lealdade á terra mãe.

Fruto do periodo aureo da heraldica, circumstancia que é preciso não esquecer, é exactamente por isso que esse braço de armas é digno do maior interesse e atenção.

Quanto a mim, é ele de uma constituição, organização e significado modelar. Sempre se teve em vista a sua razão simbolica.

Tirou-se da heraldica, — a muda poesia, no dizer de Camões (1) o maximo efeito e partido possivel,

marcando-se bem na linguagem dos simbolos o espirito justiceiro e moral que o ordenou. E foi isso feito tão habilmente, com um tão sensato critério, que realisaram o milagre de fundir no mesmo padrão de gloria, a memoria imperecivel desses trez portuguezes.

Ao vêr no ARMORIAL PORTUGUEZ de Santos Ferreira, a descrição do braço de João das Regras (2), o grande chanceler de D. João I, chamou-me a atenção a maneira especial como estas armas eram constituídas, as peças escolhidas e os metaes adoptados.

Por uma associação de ideias facil de compreender, surgiu em mim a lembrança de que o espirito que presidiu á elaboração deste escudo, devia ter um significado curioso e digno de se destacar, tanto mais que é da época em que a heraldica, no nosso paiz, teve os primeiros cuidados do poder real. (3)

E, convencido disso, comecei de examinar minuciosamente as referidas armas, o que me proporcionou as notas e considerações que seguem.

E' bem conhecida na historia a incompatibilidade de génios e diversidade de pontos de vista sobre a orientação dos negocios publicos, entre o condestavel D. Nuno Alvares Pereira e o chanceler doutor João Afonso das Regras.

O primeiro, idealista e soldado, só compreendia a politica e o governo dos povos com a ponta da espada. Era a incarnação do espirito mediévo e cavalheiresco.

(1) — N.º 1219.

(2) — D. Filipa de Lencastre trouxe consigo de Inglaterra, um rei de armas, que deu a primeira orientação á heraldica nacional.

(1) — C. VII-E. LXXVI.

O segundo, diplomata, conhecedor profundo das leis e arte de governar os povos, discipulo de Bartolo, estudante em Bolonha, encarava a governança por um prisma muito diverso.

Estes dois extraordinarios valores, que em bôa hora apareceram ao *defensor do reino*, durante o periodo agitado de luctas e intrigas, em que lhe conquistaram o trono, ajudaram-se reciprocamente e obedeceram um ao outro com entusiasmo.

D. Nuno e mestre João foram bons soldados e bons conselheiros.

Depois, bem firme a corôa na cabeça do bastardo de D. Pedro, chegado o momento de resolver outros problêmas, qual delas começou a querer influir a seu modo no amino do rei. E do seu diverso pensar, nasce entre ambos uma antipatia profunda, que não mais se desfêz, e de que sempre se encontra rasto na história da época. (1)

É na habilidade com que se conduziu entre a amizade e os conselhos dos seus dois grandes auxiliares, sabendo sempre optar pelo bom senso, sem desacordar com nenhum que se nôta um dos grandes méritos do mestre de Aviz. Já Oliveira Martins o disse e com razão.

D. João I a ambos considerava por igual e em alta conta tinha os seus méritos e qualidades (2). A ambos recompensou (3) e a ambos tentou egualar na sua gratidão (4), não só nas mercês concedidas (5), como até ligando-os á casa real, pelo casamento de suas filhas. Tentou, por todos os meios dissipar a sombra nascida entre elles, mas debalde. E este ensejo de

D. João I, de mostrar a um que o estimava tanto e para si era igual ao outro, está bem patente, quanto a mim, na forma como se pode interpretar o simbolismo heraldico do braço de armas do «*astucioso chanceler*» (1), das côrtes de Coimbra.

Suponho que o documento heraldico mais antigo, relativo a este braço, é o tumulo armoriado do doutor João Afonso das Regras, cavaleiro da casa de el-rei, do seu conselho e privança, chanceler mór do reino, reitor da universidade de Lisboa, etc. erigido na igreja do Convento de S. Domingos de Bemfica, da ordem dos Pregadores, junto a Lisboa, de que ele foi um desvelado protector (2).

Anteriormente a ele, ignora a existencia das armas; e por isso, e pela sua própria constituição, tenho de aceita-las como organisadas no tempo de D. João I.

Este meu modo de vêr, confirma-se, até certo ponto, pela maneira de dizer dos varios armoriaes, antigos e modernos, ao tratarem do apelido cujas armas estou tentando estudar. Nêles, invariavelmente se lê: «*Regras (de João das Regras)*».

Isto mostra claramente, que eram armas da familia de que ele fóra fundador, armas só do ramo de João das Regras, e que se não deviam confundir com as de outro ramo ou apelido se o houvesse ou viesse a haver.

Ora, nem nos sessenta manuscritos genealogicos da Bibliotheca Publica Municipal do Porto, (3) que folheei, nem nos oito armoriaes illuminados da mesma Bibliotheca, alem das obras impressas, encontrei outro apelido REGRAS que não fôsse o do chanceler, nem outras armas que não fôsem as suas.

Posso ainda corroborar esta opinião, com a seguinte passagem de João Baptista de Castro, o considerado autor do MAPPA DE PORTUGAL (4), que mostra bem



D. João I — Retrato feito por Antonio Walss, existente no Museu de Viena de Austria

(1) — Divergencia completa, motivada pelas orientações seguidas, fins em vista, e até diversidade de profissões.

(2) — Manteve-os sempre nos seus cargos até á morte.

(3) — D. João I doou ao chanceler, para ele e seus descendentes todos os bens patrimoniaes que seu sogro Martim Vasques da Cunha e seus filhos, possuíam em Portugal, e lhes haviam sido confiscados ao passarem-se para Castela.

(HIST. GEN. — T. XI — 798)

(4) — «*que nós concirando os muitos serviços, que do doutor João das Regras, do nosso Confelheiro, recebemos em nos aconselhar bem...*»

Doação feita em Santarem em 22-7 1435.

(HIST. GEN. T. XI—788)

(5) — Foi senhor da Lorinhã, Pereira, Cascaes, Oeiras, Castelo-Rodrigo, Tarouca, Baldigem, etc.

(HIST. GEN. T. XI—798)

(1) — Como lhe chama Pinheiro Chagas.

(2) — Foi ele que obteve para os frades Dominicanos o palacio de Bemfica, obra de D. Diniz.

(3) — Catalogo da Bibliotheca Publica Municipal do Porto—Catalogo dos Manuscritos; 3.º Fasciculo; MS. Nobiliarios. 1900.

(4) — T. II-290-Lix.ª-1763.

ser ele o iniciador da familia, e que pelo valôr se notabilizou:

«As suas letras o elevarão tambem a ser o tronco da illustre casa de Monsanto e Cascaes.»

E Oliveira Martins, com esta passagem (1):

«João das Regras, para hombraear com a fidalguia de sangue que o olhava desdenhosamente, só esperava a occasião, que veio breve, de contrair uma aliança tão nobre como opulenta.»

Considero-as, portanto, *armas-novas*, opinião a que o meu modo de interpretar o seu simbolismo vem dar força, bem como a propria filiação, que me parece assáz obscura, através os nômes de seus paes.

Chamavam-se eles, Afonso Anes, das *Regras*, segundo o P.^o Antonio Caetano de Souza (2), e Sentil Estêves.

Braamcamp Freire não dá a Afonso Anes o apelido de *Regras*, embora na HISTORIA GENEALOGICA (3) se vejam citados varios documentos (4) comprovativos de, se não ele, outros membros da familia o terem usado.

Sobre a forma como se tem escrito este apelido, é curioso notar o facto de Frei Luiz de Souza (5) lhe chamar «Doutor João de Aregas (e não das Regras como erradamente lhe chamam alguns)...» apesar de ter á vista o tumulo do chanceler, cuja inscriçãõ diz bem claramente:



«Aqui jaz João das Regras, Cavaleiro, Doutor em leyes, privado Del Rey D. João. Fundador deste Mosteiro, finou três dias de Mayo, ero 1442 (6).»

(1) — «A VIDA DE NUN'ALVARES» — pag. 365.

(2) — HISTORIA GENEALOGICA DA CASA REAL PORTUGUEZA.—XI-785 90.

(3) — idem

(4) — idem

(5) — «HISTORIA DE S. DOMINGOS» — 1626 Liv.º II, cap. 17.

(6) — Faço a transcriçãõ pela HIST. GEN.—T. XI 790.

Alem disto, ha o testamento (1) de sua mãe Sentil Estêves (2), onde veem referencias ao «d.^o loão Afonso meu filho; e num codicillo feito três dias depois, «d.^o João das Regras meu filho».

Ainda na doaçaõ de D. João I do palacio de Bemfica, aos padres de S. Domingos, (3) se fala no doutor «João das Regras», a pedido de quem se fêz a doaçaõ.

Quere-me parecer que o tumulo, o testamento e a doaçaõ, são provas mais que suficientes, para assentarmos que é *Regras*, o apelido, e não *AREGAS*.

Mêsmo esta designaçãõ não me parece explicavel. Precedido, para mais, da particula *DE*, como Frei Luiz de Sousa o dá, indica apelido derivado da naturalidade (4). Ora, correndo a toponimia portugueza, só encontrei *AREGA* (5), e *AREGOS* (6), e não *AREGAS*.

Por ultimo aponto o facto de ele se assignar em latim «*Joanes de Regulis*» (7).

Tenho a impressãõ, que o apelido do «*grão doutor*» como lhe chama Fernão Lopes (8), é originario de alcunha; se não do próprio chanceler, visto que na gera-

(1) — HIST. GEN. — Provas-T. VI.

(2) — Depois de viuva tornou a casar, com Alvaro Paes, cidadão honrado de Lisboa, e *vedor mór da chancelaria del Rey D. Fernando*. (Chanc. de D. Fernando—liv.º 1.º—fl. 98—in BRAZÕES DE SINTRA, de B. Freire). Na Hist. Geg. aumentou-se uns nomes, como os de seus progenitores. Ver grafico geneologico.

(3) — HIST. GEN. — T. XI — pg. 786. Cit. por B. Freire — *Os Brazões*.

(4) — NOBILIARCHIA PORTUGUEZA — Vilas-Boas e Sampaio,

ediçaõ de 1676 — pg. 17, e ANTROPONIMIA PORTUGUEZA — J. Leite de Vasconcelos, Lx.º, 1928 — pg. 558 e ss.

Referindo-se á naturalidade, Frei Francisco de Santa Maria Maior Pacheco Pereira, dá-o como nascido na *Villa de Prado* junto a Braga (ms. n.º 253 da BIBL. PUB. MUN. do Porto) emquanto outros, como por exemplo Barbosa Machado (Bibliotheca Lusitana—resumo—pg. 184) o dizem de Lix.º

(5) — Beira Alta; vila e freguezia da comarca e concelho de Rezende.

(6) — Beira Baixa; vila extinta; freguezia da comarca de Figueiró dos Vinhos e do concelho de Maçãs de D. Maria.

(7) — HIST. GEN.—XI — 804.

(8) — CHRONICA DE EL-REY D. JOÃO I.

ção anterior à sua já se encontram individuos assim designados, possivelmente de algum antepassado que, como ele, fôsse letrado e jurista. O amplo conhecimento das disposições, normas ou *regras*, do direito e da justiça, podia ter dado logar a essa alcunha. Se não se pode provar que assim seja, têm-se de concordar que é aceitável. É vulgar o facto de encontrar familias em que é tradicional uma certa profissão.

Para mais, aponto dois casos pelo menos, bastante identicos em que a profissão foi a razão da alcunha. Braamcamp conta de um jurista que ficou conhecido por «*doutor João das Leis*» (1) e Oliveira Martins, de outro, *Afonso Anes das Leis* (2), que foi até colega do chanceler no Conselho (3).

Assente que REGRAS é o apelido, e dado o caso de não ter sido o doutor João Afonso o primeiro a assim se apelar, não quer isto dizer, que a familia fôsse já nobilitada. Isso, mesmo nada influencia para o caso. Podia ser na verdade já nobre, e pelos seus valores o chanceler ter conseguido *armas novas*.

O autor da HISTORIA GENEALOGICA apesar de dizer (4) «*foi o doutor João das Regras de tão conhecida nobreza*» e mais abaixo: o que «*se vê claramente do testamento de sua mãe.*» também escreve: «*Não trairão as chronicas, nem os nobiliarios fizeram menção dos pays do Doutor João das Regras, que parece ser Afonso Anes das Regras, cidadão de Lx.ª, de cuja governança haviam sido os seus progenitores, etc.*» (5) e mais: «*também não podemos deduzir a série dos seus progenitores, ainda que este apelido hê antigo, e nobre, como se vê da occupação das pessoas que dele uzarão.*» (6)

Refere-se ainda, mas reportando-se a frei Manoel dos Santos, a que esta familia é antiga, pois no ano de 1252 (1214) no reinado de D. Afonso II, se achava citado numa doação, um individuo deste apelido. (7)

Isto mostra bem a pouca certeza do p. Antonio Caetano de Souza, ao falar da familia do *patrono de D.*

João I, como já se lhe tem chamado. Este autor, numa das transcrições feitas, diz que pelo testamento de Sentil Estúves, se vê algo da nobreza de João das Regras. Nesse documento, recomenda a testadora ao filho, que escolha para capelão da *Capela de seus avós*, em S. Domingos de Bemfica, um determinado padre.

Vou agora mostrar que avós eram esses, que tinham capela no referido convento.

Um tio de João das Regras, Lopo Afonso das Regras, (1) era casado com Sancha Pires Palhavã, filha de Pedro Anes Palhavã, e neto de João Anes Palhavã cidadão honrado de Lisboa e de Sancha Pires, que foram os instituidores do morgado e capela que tinham no citado convento de S. Domingos.

Portanto os taes avós de João das Regras, eram, simplesmente, avós da mulher de seu tio.

O ser o chanceler o primeiro a uzar o apelido REGRAS, não parece, de facto, muito comprovado pelas passagens que se vão transcrever.

Na HISTORIA GENEALOGICA, vem o já referido Lopo Afonso das Regras, como seu tio (:), cujo testamento começa: «*Em nome de Deus virem, que eu Lopo Afonso das Regras morador em Lisboa, à freguezia da Madalena, etc.*» (2)

Falla-se também em João Afonso das Regras, que parece ser irmão do antecedente, «*peessoa de distincção e letras que viveu no reynado del rey D. Fernando, Doutor em leys, e foi D. Prior da Collegiada de Santa Maria de Guimarães.*» (3)

Isto confirma-se pela carta de D. Leonor: «*Carta porque a dita Rainha apresentou a Igreja de Santa Maria de Guimarães a Johan Afonso das Regras, doutor em leys e clérigo.*» (4)

E diz ainda um documento da Torre do Tombo, na Casa da Corôa (5), feito no reinado de D. Afonso IV, do qual consta uma trôca, que o Senado da Camara de Lisboa, fez com o mesmo rei, que «*se vê ser cidadão de Lx.ª e do governo da cidade João Afonso das Regras que o assignou.*» (6)

(1) — idem. idem — 795.

(2) — Feito em 9 de agosto de 1427 (1389); no convento de S. Domingos.

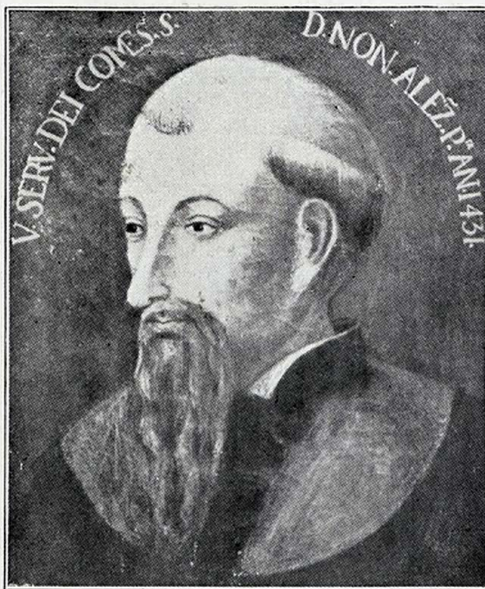
(3) — HIST. GEN. — T. XI — 793.

(4) — idem. Idem

(5) — Caveta n.º 13, maço 1.

(6) — HIST. GEN. — T. XI — 791.

(7) — ARMORIAL. POTUGUEZ — Lx.ª 1920 — vol. I — 272.



D. Nuno Alvares Pereira. Pintura do século XVII existente na Bibliotheca Nacional de Lisboa

(1) — BRAZÕES DA SALA DE SINTRA — vol. II-377.

(2) — A VIDA DE NUN' ALVARES — 359.

(3) — idem idem

(4) — HIST. GEN. — T. XI — 785/90.

(5) — idem idem — 786.

(6) — Esta doação foi feita em Lx.ª a 3 das calendas de Abril. (T. XI — 796)

(7) — HIST. GEN. T. — XI — 786.

Foi feito em 9 de Novembro de 1390 (1352).

Vamos vêr agora a forma de compreender a heráldica das armas de João das Regras, no simbolismo das quais o mestre de Aviz marca bem a consideração que tem pelo seu chanceler, e, o que é mais, se retrata simbolicamente a si proprio, entre os seus dois grandes amigos.

Nesses simbolos de significação convencional, ficaram reunidos os três maiores homens do século.

Antes, porem, de continuar, quero fazer um parenthesis, para dizer de uma falta de concordancia entre os varios heraldistas que tem tratado este brazão, afim de que se corrija um erro — que mais é um descuido e confusão — para que melhor se ajuste a minha maneira de interpretar a composição das referidas armas.

Vou apresentar primeiro as formas como os varios armoriais, que me foi possivel consultar, trazem as armas do chanceler.

Principiêmos por Santos Ferreira, que as regista sob o n.º 1219 (¹):

«REGRAS (de João das Regras): De vermelho, com duas cóticas de ouro em aspa, acompanhadas de duas cruces florenciadas e vazias do mesmo, uma em chefe e outra em ponta, e de duas serpes voantes em pala, tambem de ouro, uma em cada flanco a da esquerda voltada. Timbre: uma serpe do segundo sainte.»

Vem depois Braamcamp (²):

«REGRAS: De vermelho, filete em aspa de ouro, acompanhado de duas cruces floridas do mesmo vazias do campo, postas uma em chefe e outra em ponta, e de duas serpes aladas, tambem de ouro, postas nos flancos, e da sinistra voltada. (1).

(¹) — ARMARIA PORTUGEZA — pg. 245.

(²) — As iniciaes que se encontram nas notas, correspondem a: B. P. — *Blasones de Portugal*, do P.º Manuel de Magalhães, 1676.

E. N. — *Espelho da Nobreza*.

T. N. P. — *Thesouro da Nobreza de Portugal*, de Frei Manuel de Santo Antonio.

T. N. — «Tombo das Armas do Reyno de todas as familias nobres de Portugal», intitulado de *Thesouro de Nobreza*, por Francisco Coelho, rei de armas — 1675. MS. da Torre do Tombo.

T.: uma de serpes (2). E. de prata.aberto guarnecido de ouro.»

NOTAS: (1): T. N. fl. 64, e B. P. fl. 240, confrontando com a esultura do tumulo de João das Regras na Egreja de S. Domingos de Bemfica. Em E. N. varia-se apenas nos esmaltes, declarando-se, na fl. 409.-v, serem os campos alto e baixo de verde, e na fl. 411.-v, de azul.— No livro 17 do CARTORIO DA NOBREZA, r-2 e no T. N. P. r-36, o escudo aparece franchado de vermelho e ouro, sendo no primeiro as serpes de verde e no segundo de vermelho.

(2): T. N. Em B. P., e cit. liv. 17, a serpe é nascente e tráz um bastão de ouro atravessado na bôca: No T. N. P. são as duas serpes batalhantes.

No tumulo do d.ºr João das Regras, não se vê T., nem eu creio que jámais se ausse. C. B. não encontro.



Túmulo do Dr. João das Regras no Convento de Bemfica

Em Sanches de Baena ():

«REGRAS: O escudo franchado: nos campos alto e baixo em vermelho, uma cruz de ouro florida e aberta; nos quartéis dos lados em campo de ouro uma serpente vermelha batalhante, com as azas e a lingua saida: timbre as duas serpentes do escudo.»

Seguidamente vem o monge beneditino, Frei Francisco de Santa Maria Maior Pacheco Pereira, ex-abade do mosteiro de Cete, heraldista e genealogico, dizer que as armas em estudo, são (³):

«Em campo vermelho franchado de dois bastões de ouro entre duas cruces de ouro, uma em chefe e outra ao pé e dous dragos batalhantes. Timbre: meio drago de ouro com um bastão de ouro na bôca.»

Finalmente na copia de o «LIVRO DOS BRAZÕES» de D. Duarte (⁴) estão estas armas por colorir, e somente se vê o esboço a sépia. No entanto, embora se não vejam os metaes, (naturalmente o autor teve duvidas, pois os restantes brazões estão acabados) vêem-se as peças componentes do escudo, que é franchado, com duas cruces florenciadas e vazias no primeiro e quarto quartel e dois dragões no segundo e terceiro. Como timbre um dragão nascente com bastão atravessado na bôca.

Este armorial não tem texto descriptivo dos Brazões. Apresenta somente os brazões iluminados.

(¹) — *Indice Heraldico*, in ARCHIVO HERALDICO-GENEALOGICO.

(²) — TROFEU LUSITANO ou tratado da Nobreza Politica-1804. MS. 253 da Biblioteca Publica Municipal do Porto.

(³) — MS. n.º 432 —

Reparando atentamente nos brazões acima, noto :

1.º — Uns autores dão o campo *franchado*, outros apresentam-no carregado de dois *filetes*, ou de duas *cótticas*, ou de dois bastões em *aspa*.

2.º — A divergencia de esmaltes e metaes.

3.º — A maneira indistinta como citam *serpentes*, *serpes* e *dragos*.

4.º — A divergencia do timbre.

Vejamos o *primeiro reparo* :

Sanches de Baêna, com alguns dos heraldistas citados por Braamcamp Freire, dá o escudo *franchado*. Os outros dão *cótticas*, *filêtes* ou *bastões*, e mais acertadamente, como se pôde ver, comparando as suas descrições, com as armas do tumulo de Bemfica, cuja fotografia acompanha estas notas, e que se não devem sobre simples cortes ou linhas do *franchado* do campo, pelo facto de não se sobreporem no cruzamento.

As duas peças postas em *aspa*, podem ter qualquer das denominações acima dadas, pois variam sómente na largura (1). Na minha opinião são *bastões*, o que mais adiante se poderá confirmar pelo simbolismo que lhe vou attribuir.

Segundo reparo :

Sendo, como já disse, o tumulo o unico documento referente á heraldica de João das Regras, e onde os esmaltes não estão indicados, não sei qual fosse a base em que se firmassem para divisar e iluminar estas armas.

No entanto supponho de bom criterio, o campo de *vermelho* com todas as peças de *oiro*. Tambem depois

justificarei este modo de ver. As variantes são devidas ao facto de *francharem* o escudo e compreende-se porquê.

Terceiro reparo : *Serpente*, *serpe* e *drago*, não são sinonimos. Se não vejamos o que diz Santos Ferreira (1) :

«SERPE E SERPENTE — São no brazão portuguez figuras distintas, não obstante a similhaça e a comum origem dos dois nômes. A *serpe* é figura fantastica : representa-se de perfil, em pala, com cabeça e corpo de *serpente*, azas de morcêgo e cauda retorcida, voando para a direita.

E' simbolo da Fortaleza e Grandeza de Animo.»

E mais abaixo :

«SERPENTE — E' a figura natural da cobra. Representa-se ordinariamente em pala e ondulante.»

Transcrevo ainda :

DRAGÃO (2) — Figura fantastica, representada de perfil, com a cabeça e patas de aguia, azas de morcêgo, corpo e cauda de serpente. A estremidade da lingua e da cauda do *drago*, são farpadas. O *drago* é o simbolo da fidelidade.»

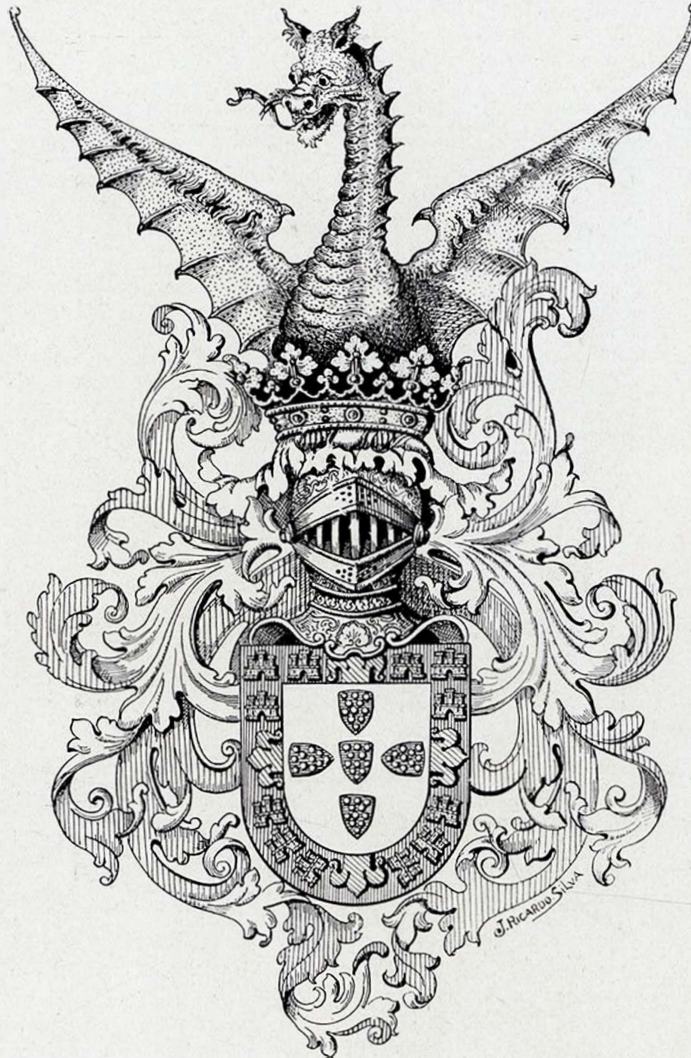
Devo dizer que *drago* e *drago*, significam o mesmo. Unicamente, *drago* é uma forma mais antiga.

Leite Ribeiro (3), dá informações semelhantes; apenas confunde *serpente* com *serpe*.

Por isto se vê

que não é indifferente a designação a dar-lhe.

E, continuando a servir-me do tumulo, como padrão das armas que estou estudando, com a maior certeza posso dizer, que devem ser *dragões* os animaes a repre-



Armas do Rei D. João I

(1) — ARMORIAL PORTUGUEZ — Santos Ferreira — vol. II — parte III — Vocabulario — pag. 27, 55, 84.

(1) — idem, idem — 147.

(2) — idem, idem — 67.

(3) — TRATADO DE ARMARIA—1308—Lx., — pg. 84 e 110.

sentar e lá esculpidos. Verêmos tambem como se fortalece esta ideia.

Quarto reparo: Continuo tendo por base o tumulo armoriado do chanceler, onde se não vê timbre. Por isso compreende-se bem, a divergencia que existe entre os varios autores (1) que citei ao apresentar as armas de João das Regras. (2)

Tenho a impressão que este braço nunca o chegou a ter. No entanto, para bom arranjo heraldico, não é problema que não possa abordar, o constituir o timbre destas armas, em face das leis que regem a vida do braço.

O timbre, sempre que possivel, deve ser constituido por uma peça representativa de um animal, tirada do escudo quando lá a haja. Não quiere isto dizer que não se encontrem braços, que não têm animaes na sua composição e os ostentam no timbre. Estes, até, são bastante correctos. Isto qualquer armorial o diz (3). Ora, no caso presente, têm os um *dragão* no escudo, a que se pode acrescentar, por motivo queadeante direi, um *bastão*, tambem das armas, entre as duas patas, posto em pala. E' uma variante do apresentado pelo heraldista benedictino.

Agora, que comentei conforme soube, os reparos apontados, vou descrever estas armas, como entendo que elas eram constituidas, em face do braço aberto na arca tumular do ordenador das leis do reino, e da interpretação que lhe vou dar.



Armas do Dr. João das Regras

Seguirei, o mais possivel, a forma de brazonar tão correcta, mas infelizmente pouco respeitada, de Santos Ferreira.

São elas :

«De vermelho, com dois bastões de oiro passados em aspa, acompanhados de duas cruces florenciadas e vazias do mesmo, uma em chefe o outra em ponta, e de dois dragões voantes em pala, tambem de oiro, um a cada flanco, o da esquerda voltado.

Timbre: um dragão ou escudo, com um dos bastões entre as patas, posto em pala.

Quanto às peças são as que estão no tumulo. Quanto às côres dos esmaltes e metaes, são as mais seguidas dentro da tradição e aquilo que parece mais viavel, como a minha interpretação vai tentar mostrar.

*

* * *

Na heraldica, não só as peças como os esmaltes e os metaes, como tudo afinal, tem a sua significação propria e especial, constituindo isso um dos seus maiores encantos.

Assim, por exemplo, o *vermelho*, significa animo valoro-

roso, decidido, bélico, e denodado; o *azul*, representa a bondade, a fé, a castidade, o firmamento; o *negro*, a fortaleza; a *purpura* (1), honras e prudencia; o *oiro*,

(1) — S. Ferreira, op. cit. — vol. II — parte III — pag. 153.

(2) — Segundo Oliveira Martins, foi bom soldado em Alju-barrota.

(3) — por exp.: o cit. ARMORIAL de Santos Ferreira.

(1) — No já referido ms. 452, da B. P. M. do Porto, n'uma pequena introdução com as regras da armaria, vem indicando entre os esmaltes, a *purpura*, ou *morado* (côr de amora). *Rôxo, portanto*, diz Sampaio Bruno ao notar esse catalogo de ms. nobiliarios.

Chamo a atenção para isto, por ser mais uma opinião a favor

o direito, a justiça, o poder, a magestade; a *prata*, a riqueza, a lealdade; etc. Isto nas côres.

Nas peças também ha varios simbolismos. Ao transcrevermos os artigos sobre *serpe* e *dragão*, do ARMO-RIAL de Santos Ferreira, já vimos a representação simbólica destes animaes. Mas outros ha: o *leão*, por exemplo, indica valôr, valentia, poder; as *vieiras*, relembram peregrinações, cruzadas, luctas pela Fé, assim como as *cruzes*, os *crescentes*, victorias sobre os infieis (!), etc.

Nos brazões de D. João I e D. Nuno, por exemplo, que nos vão agora interessar, também ha ocultas intenções e acontecimentos que se quizeram perpetuar.

As armas do Condestavel que são em campo vermelho uma cruz de prata florenciada e vazia, lembram, como aliáz outras semelhantes, a Ordem de Calatrava, hespanhola, a que algum dos seus antepassados teria pertencido, ou então, como diz a lenda, alude á cruz que foi vista no Ceo, no recontro de Navas de Tolosa, e que foi adoptada por muitos dos cavaleiros presentes.

No brazão de D. João I, interessante exemplar de *armas assumidas* em Portugal, representam-se factos historicos bem interessantes e dignos de serem olhados com curiosa atenção.

Primeiramente a sua situação de bastardo

da these defendida pelo illustre heraldista conde de São Payo, na sua comunicação sobre A PURPURA, apresentada á Secção de Heraldica e Genealogia da Associação dos Arqueologos Portuguezes, e que foi publicada no respectivo boletim.

(!) — NOBILIARCHIA PORTUGUEZA — V. Boas e Sam-
paio, pg. 219.

real, bem marcada no campo de prata com os cinco es-
cudetes de azul besantados de prata.

Depois, a dignidade de Mestre de Aviz, o que lhe permitiu colocar o escudo sobre a cruz florenciada da Ordem, tal qual ainda hoje é licito fazer aos grão-mestres e grã-cruzes de qualquer ordem.

Ao ser proclamado rei, *assumiu*, num gesto de autoridade propria, a bordadura dos castellos do brazão real de seus avós.

Por ultimo adoptando por timbre o dragão das armas da casa inglêza de Lencastre (!), evidenciou bem o seu agrado em se ter aliado com essa familia ducal, pelo casamento com a rainha D. Filipa.

Repetiu assim, o gesto de D. Afonso III, acrescentando os castellos ao seu escudo, quando do casamento com uma princeza castelhana.

Assim, tendo presente o que deixo dito sobre o simbolismo das peças e a forma como se podem acomodar no campo de um brazão as memorias de factos extraordinarios e quasi sempre de interesse historico, vou conjugar todas estas minhas observações e tentar chegar a uma conclusão interpretativa, aceitavel, pois que documentos não ha.

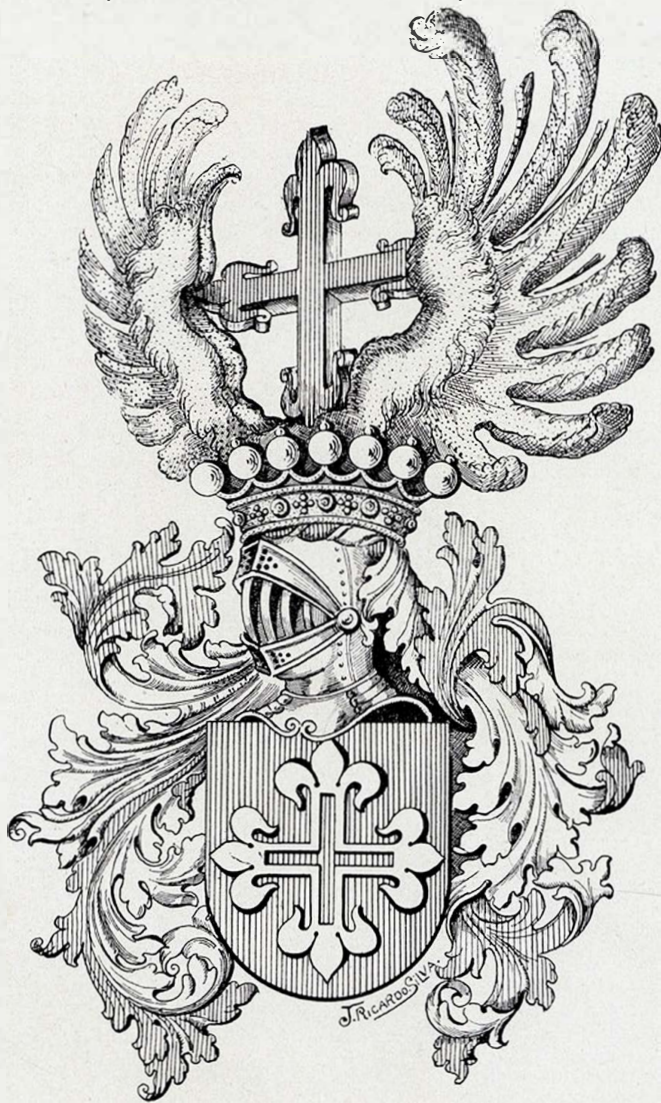
Tenho, pois, que

NAS ARMAS DO
CHANCELER DAS
CORTES DE COIM-
BRA, D. JOÃO I RE-

CONHECE AO DOUTOR JOÃO AFONSO DAS RE-
GRAS, O MÊSMO ANIMO VALOROSO E DECIDIDO

(!) — Parecer do citado conde de São Payo.

Este timbre seria também usado pelos filhos do rei, por ordem de edades, na escala decrescente da nobreza dos metaes e esmaltes. (Arqueologia e Historia — vol. VII.



Armas de D. Nuno Alvares Pereira

— o vermelho — QUE SE ENCONTRA EM D. NUNO, REPRESENTADO PELA CRUZ FLORENCIADA DOS PEREIRAS; MAS NO CAMPO DO DIREITO E DA JUSTIÇA—o oiro — ONDE ELE, JOÃO DAS REGRAS, — os bastões (?) — DEFENDEU COM TODA A LEALDADE A CAUSA DO MESTRE DE AVIZ — os dragões — TIRADOS DO TIMBRE DO BRAZÃO REAL.

Inclino-me a crêr que os *bastões*, sejam, por assim dizer, a parte falante das armas, representando as *regras*, ou antes, simbolicamente, as *varas*, ou *bastões* da justiça. É por esta razão que acho bem figurar no timbre, uma das referidas peças, o que dava uma nota de bastante personalidade.

Já atrás dissémos que D. João I, no desejo de bem galardoar e recompensar os leaes serviços do seu chanceler e querendo mostrar bem a egualdade em que o queria pôr com D. Nuno, lhe casára também a filha na casa real.

Na verdade, assim foi. Casou primeiramente o seu amigo, 1389, com D. Leonor da Cunha (1), descen-

dente pelo lado materno da casa real castelhana (1). Deste casamento houve uma unica filha, D. Branca da Curha, que veio a ser mulher, em 1408 (2) de D. Afonso de Cascaes, sobrinho de D. João I, pois que era filho bastardo do *infante* D. João, um dos filhos de D. Pedro e Ignez de Castro, e progenitor dos Eças.

De D. Branca e D. Afonso, nasceu também uma só filha, D. Izabel de Cascaes, que veio a ser condessa de Monsanto, pelo seu casamento com o conde desse titulo, D. Alvaro de Castro, camareiro-mór de D. Afonso V, e ascendente dos marqueses da Cascaes, que assim, têm hoje a representação do grande chanceler, falecido em 3 de maio de 1404.

Repare-se em como D. João I foi grato a João das Regras (3), mesmo alem da morte, pois que lhe casou a filha quatro anos após o passamento.

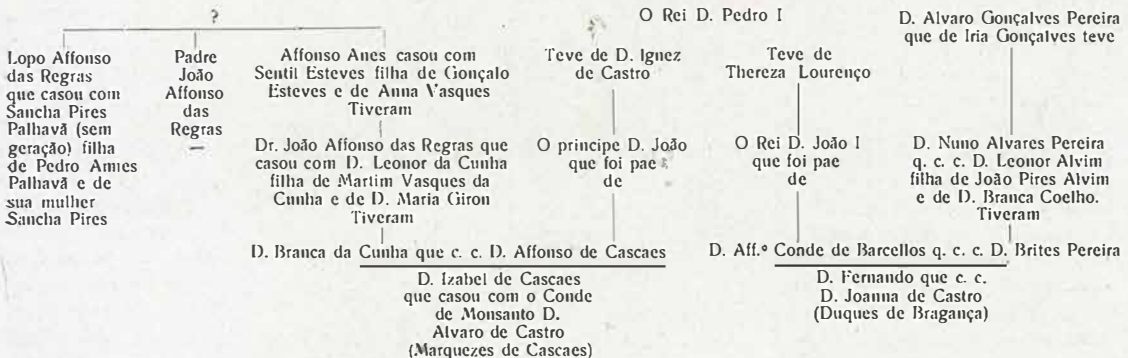
Inserimos seguidamente um pequeno grafico genealogico, por onde se vê como as familias destes trez HOMENS estavam ligadas.

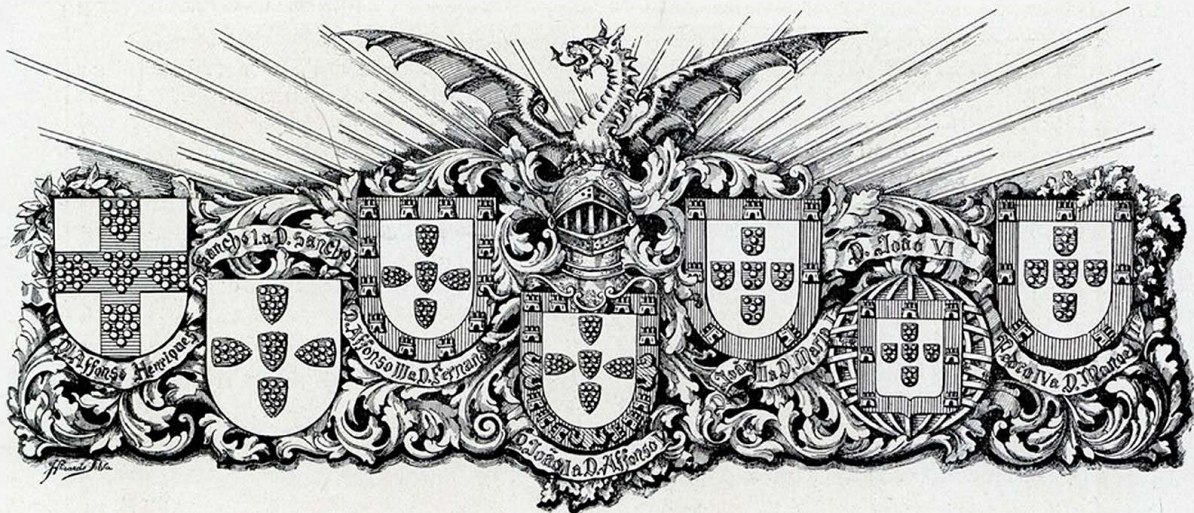
(1) — INDICE HERALDICO—in ARC. HER. e GEN., S. Baena., OS FILHOS DE D. JOÃO I. de Oliveira Martins — pg. 70, nota.

(2) — BRAZÕES. B. Freire — vol. I — 353.

(3) — João das Regras escreveu: PRATICA NAS CORTES DE COIMBRA. ORDENAÇÕES DO REINO *Acrecentamento ao nobiliario do conde D. Pedro, e Sumario dos Reis de Portugal.*

(1) — Filha de Martim Vasques da Cunha. Casou 2.ª vez com D. João de Castro.





TITULARES PORTUGUEZES

DUQUES DE BRAGANÇA

RESENHA GENEALOGICA

O «Elucidario Nobiliarchico» no intuito de colher elementos para mais tarde se poderem organizar obras de consulta, vae tambem estudar as Familias Titulares, sem o desenvolvimento genealogico que seria para desejar, mas com o necessario para se ficar conhecendo a acção historica d'essas Familias.

Começaremos pela mais notavel das Familias Portuguesas, sem contudo ficarmos obrigado a qualquer ordem na continuação das publicações que se seguirem.

D. AFFONSO — 1.º DUQUE DE BRAGANÇA, foi filho do grande Mestre de Aviz, depois Rei D. João I.

Nasceu D. Afonso no Castello de Veiros em 1377 e morreu em Chaves em Dezembro de 1461. Foi legitimado por carta de 20 de Outubro de 1401, registada a folhas 187 do Livro II de D. João I existente na Torre do Tombo. Nesta carta é indicado com o titulo de Conde.

Casou D. Afonso com D. Beatriz Pereira, filha do Condestavel D. Nuno Alvares Pereira, sendo assignado o respectivo contracto em 1 de Novembro de 1401, e confirmado pelo Rei em 8 do mesmo mez, dia do casamento dos Condes de Barcellos D. Afonso e D. Beatriz.

D. Afonso fez varias viagens ao estrangeiro, para o que recebeu um salvo conducto do Papa Benedicto XIII datado de 1408, para que D. Afonso, já então Duque de Bragança pudesse ir a Jerusalem; outro do Emperador Ruperto, outro de D. João, Rei de Castella, datado de Guadalajára de 9 de Fevereiro de 1408 e ainda outros de França, Italia e Allemanha. D. Antonio Caetano de Sousa copiou estes documentos do archivo da casa de Bragança, para incluir no Tomo III das «Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa».

É interessantissimo o salvo conducto que o Rei de Castella passou, pois não sita nunca o nome de D. João I de Portugal. As vezes que tem de se referir a este Rei, diz sempre: «*O adversario de Portugal*».

No mesmo salvo conducto, dá toda a liberdade de passagem ao

«... (Conde D. Alfonso hijo del dicho adversario de Portugal, y a los Cavalleros escuderos que con el vinieren, y a sus serbidores passen el dicho numero de cento e cincoenta cavalgaduras»,

ordenando muito detalhadamente sobre as bagagens que

«non consintades que le sean sarrados, ni abiertos ni escodrinados, sus malas, ni sus cofres»,



que sejam propriedade do Conde ou das pessoas do seu sequito.

O primeiro Duque de Bragança desempenhou altos cargos como por exemplo o de Adeantado ou Fronteiro Mor de Entre Douro e Minho, por merce de D. Afonso V de 1440.

Antonio Caetano de Sousa descreve as armas que adotou D. Afonso e que com certeza foram ordenadas pelo mesmo Rei d'Armas que ordenou as de D. João I e de seus filhos, irmãos do referido Duque de Bragança.

Pela descrição d'estas armas se vê que teem sido mal comprehendidas. Vejamos:

— Em campo de prata huma Aspa de vermelho com cinco Escudos das Armas Reaes sem orladura, e por timbre hum meyo cavallo branco com tres lançadas em sangue no pescoço, bridado de ouro. com cabeçadas e redeas vermelhas. na forma que fica estampado. Este escudo formou depois de se ter achado na gloriosa expedição de Ceuta. como memoria do perigo em que se achara. Porem este era o mesmo Timbre Antigo dos Pereiras, que tomou por ser casado com a senhora D. Brites Pereira, cujos ascendentes o trouxêrão em memoria da valerosa acção do Conde D. Rodrigo Forjaz. o BOM, quando nos campos de Santarem em serviço del Rey D. Garcia de Portugal, e Galiza, prendendo a El-Rei D. Sancho seu irmão, hia em hum cavallo branco, o qual na batalha recebeu tres lançadas pelo pescoço, que chegando ao peito derão com elle morto em terra. —

Apezar de D. Antonio Caetano de Sousa descrever tão minuciosamente estas armas, juntou-lhe um desenho errado, pois que dizendo que a aspa era carregada de cinco escudos das armas reaes sem orladura, carregou a aspa de cinco *escudetes das quinas*.

Se na descrição diz serem cinco *escudos das armas* e não *cinco dos escudetes das armas*, immediatamente se devia comprehender que eram cinco escudos de prata, carregados com os cinco escudetes de azul em cruz, não chegando a ser necessario reforçar a descrição com a indicação — sem orladura —.

Claro que os escudetes azues carregados dos cinco besantes de prata em aspa que estão nas armas do Duque de Bragança, incluídas nas obras de D. Antonio Caetano de Sousa, não tinham de se descrever que eram — sem orladura —, e mesmo os escudetes azues sobre uma aspa de vermelho, não é da heraldica d'aquellas epochas.

No retrato que vae junto a este estudo, estão as armas exactamente como veem gravadas na Historia Genealogica, quer dizer, estão erradas pois a aspa vermelha deve ser carregada de cinco escudos das armas de Portugal ou seja de cinco escudos de prata carregados cada um dos cinco escudetes das quinas em cruz.

Do casamento do 1.º Duque de Bragança com D. Beatriz Pereira, nasceram :

— D. AFFONSO, Conde de Ourem e 1.º Marquez de Valença que morreu em vida do pae, desempenhando importantes cargos como é bem conhecido. De D. Britas de Sousa. deixou um filho, D. Afonso, que foi bispo d'Evora e que da Felipa de Macedo deixou D. Francisco de Portugal 1.º Conde de Vimioso, progenitor destes nobres titulares.

— D. FERNANDO que segue.

— D. ISABEL que casou com o seu tio o Infante D. João e foram paes de D. Isabel que foi Rainha de Castella pelo seu casamento.

D. FERNANDO, primeiro do nome, Conde de Arrayollos, de Barcellos e de Ourem, Marquez de Villa Viçosa, e 2.º Duque de Bragança por seu irmão mais velho não ter successão legitima. Ainda Conde de Arrayollos, foi nomeado Condestavel da Armada que em 1437 levou os Infantes D. Henrique e D. Fernando sobre Tanger, sendo ali ferido em combate e terminando esta desventurada viagem por ficar ali preso o desgraçado infante Santo.

Quando em 1445 morreu em Ceuta o 2.º Conde de Villa Real, D. Fernando de Noronha e deixou o filho primogenito de menoridade, foi o Conde de Arrayollos nomeado Governador Capitão General de Ceuta, onde esteve até 1450 com uma interrupção em 1488 para vir a Portugal tratar de assumptos do Reino.

Trato com algum desenvolvimento d'este Governo de Ceuta, nos «Governadores Capitães Generaes de Ceuta» estudo incluído no Volume IV da «Historia e Genealogia».

Acompanhou D. Afonso V a Africa e prestou altos serviços como guerreiro e diplomata pelo que recebeu muitas mercês.

Morreu em Villa Viçosa, de que era Marquez, em 1 de Abril de 1478.

Casou em 28 de Dezembro de 1429 com D. Joanna de Castro, filha herdeira de D. João de Castro e de sua mulher D. Leonor da Cunha que depois de viuva casou com o celebre Dr. João das Regras.

Faleceu a Duqueza de Bragança em Lisboa em 14 de Fevereiro de 1479, sendo sepultada na Igreja do Carmo.

Do Casamento dos segundos Duques de Bragança, nasceram :

— D. FERNANDO que segue

— D. JOÃO, Marquez de Monte Mor o novo e Condestavel de Portugal. Acompanhando D. Afonso V na tomada de Arzila, commandou a Coluna que occupou a praça de Tanger. No Reinado de D. João II teve de fugir para a Espanha onde batalhou na tomada de Granada, morrendo em Sevilha em 30 de Abril de 1484. Casou em 1462 com D. Isabel Henriques de Noronha, filha do Arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha. Não tiveram filhos.

— D. AFFONSO, Conde de Faro.

— D. ALVARO que acompanhou D. Afonso V na batalha do Touro e foi seu Chanceller Mor e companheiro na viagem a França. No Reinado de D. João II retirou-se de Portugal, voltando depois da morte deste Rei. Casou com D. Felipa de Mello, filha dos Condes de Olivença. Foram ascendentes dos Condes de Tentugal, Marquezes de Ferreira e Duques de Cadaval.

— D. ANTONIO sem mais noticia.

— D. ISABEL que morreu solteira.

D. BRITES, Marquesa de Vila Real pelo seu casamento com D. Pedro de Menezes 1.º Marquez.

— D. GUIOMAR, Condessa de Loule pelo seu casamento com o Conde D. Henrique de Menezes.

— D. CATHERINA que esteve para casar com D. João Coutinho, Conde de Marialva que morreu na tomada de Arzila.

D. FERNANDO, filho primogenito do 2.º Duque de Bragança, foi apelidado o Africano, pelo muito que ali batalhou. Nasceu em 1430 e foi senhor de cinquenta



Carolus Antonius Leoni Florentinus delin.

Petit filius sculp.

villas, cidades e castellos, com outros lugares fortes, sem que se numerassem quintas, herdades, devezas e campos de que era senhor, como diz D. Antodio Caetano de Sousa na sua Historia Genealogica.

Foi Conde e Duque de Guimarães, Marquez de Vila Viçosa, Conde de Arrayolos e finalmente Duque de Bragança.

D. João II considerando-o traidor, mandou-o degolar em Evora em 1483.

Casou duas vezes, a primeira em 1447 com D. Leonor de Menezes, que morreu em 7 de Maio de 1452, sendo filha de D. Pedro de Menezes, 2.º Conde de Vianna e 1.º de Villa Real e primeiro Governador Capitão General de Ceuta.

Não houve filhos d'este primeiro casamento.

Casou o 3.º Duque de Bragança segunda vez, em 19 de Setembro de 1472 com D. Izabel, irmã do rei D. Manoel. Morreu esta senhora em Abril de 1521.

D'este segundo casamento nasceram :

— D. FELIPE que nasceu em 6 de Junho de 1475 e foi elevado a Duque de Guimarães por carta de 18 de Julho seguinte. Morreu creança.

— D. JAYME que segue

— D. DINIS, Conde de Lemos

— D. MARGARIDA que morreu estando para casar com seu tio D. Manuel que depois foi Rei primeiro de nome.

D. JAYME, filho primogenito do 3.º Duque de Bragança, foi por morte de seu irmão mais velho, o 2.º Duque de Guimarães e por morte de seu pae, 4.º Duque de Bragança. Nasceu em 1479 e ainda creança foi com sua mãe para Castella, fugidos á desgraça que tinha entrado em sua casa.

Reinando D. Manuel foi a familia do Duque de Bragança chamada a Portugal em 1496, recebendo todas as honras e privilegios a que tinham direito, acabando por ser considerado herdeiro do throno até que o Rei tivesse filhos.

Usavam os Duques de Bragança da aspa vermelha desde o 1.º Duque, organisando D. Jayme umas novas armas pela circumstancia de ser herdeiro do throno visto ser filho da Infanta D. Izabel, irmã do Rei D. Manuel.

Vejamos o que diz D. Antonio Caetano de Souza a paginas 486 do Tomo V da Historia Genealogica.

— Até este tempo usarão do Escudo das Armas na forma, que já fica dito na Vida do Duque D. Affonso; porem, o Duque D. Jayme nesta occasião o mudou totalmente por ordem del Rey D. Manoel, deixando o antigo da Aspa pelo das Armas Reaes de Portugal, com o Elmo Real abertoa todas as partes com Coroa, e Timbre da meya serpe de Ouro. Nesta fórma usou delle o Duque D. Jayme até que El Rey D. Manoel teve filhos; porque depois usou da Coroa Ducal, com a divisa do Banco de pinchar de ouro, concedido só aos Princepes, e Infantes, e ás Infantas, que he o Banco de prata, acrescentando-lhe por differença as Armas de Castella, que he um Castello de Ouro em campo vermelho, e as de Inglaterra, que são tres Leopardos passantes em campo de sangue em hum quadro quarteadado da parte direita, e da esquerda outro com as Armas de Aragão, que são quatro Barras vermelhas em campo de ouro em huma pala, e na outra

as da Sicilia franchadas com as Armas de Aragão em chefe, e no seu contrario e nos lados huma Aguia negra estendida em campo de prata, ficando o Escudete das Armas Reaes, que está no alto, entre estes dous na forma, que no principio fica esculpido. O motivo, que o Duque teve para acrescentar as Armas Reaes Portuguezas ás Estrangeiras, foy por differença do Escudo, as quaes lhe pertencião pela Senhora D. Isabel sua mãy, como parenta dos Rey's destas Reaes Casas, como advertio Francisco Soares Toscano. —

No principio do Capitulo VIII do Tomo V da Historia Genealogica, onde D. Antonio Caetano de Sousa trata do Duque de Bragança D. Jayme, lá vem uma gravura com as armas citadas, razão porque elle diz, como acima transcrevo. — *que no principio fica esculpido.*

O que succede porem é que a descripção não diz com o desenho do principio do referido Capitulo VIII, nem com a gravura que apresento do referido Duque, pois a differença éra constituida pelas armas de Castella e de Inglaterra d'um lado e pelas de Aragão e Sicilia do outro e afinal o gravador colocou egualmente da esquerda e da direita da quina superior, as armas partidas de Aragão e Sicilia.

Casou D. Jayme duas vezes, a primeira em 1502 com D. Leonor de Mendonça, filha de D. João de Gusmão, 3.º Duque de Medina Sidonia e a segunda em 1520 com D. Joanna de Mendonça, filha de Diogo de Mendonça, Alcaide-Mór de Mourão.

Este Duque creou a Empreza que depois foi usada pelos seus successores e que consistiu n'uma corda cheia de nós e na letra — Depois de vós —, o que dá depois da leitura completa — Depois de vós, nós —.

Atribue-se isto ao facto de ser a Casa de Bragança a mais nobre e poderosa depois da Casa Real.

Do primeiro matrimonio nasceram :

— D. THEODOSIO I que segue

— D. ISABEL que casou com o Infante D. Duarte filho do Rei D. Manuel

Do segundo matrimonio nasceram :

— D. JAYME que seguiu a vida religiosa.

— D. CONSTANTINO que foi o VII Vice Rei da India, tendo nascido em 1528. Foi grande a sua acção como é bem conhecido.

Casou com sua prima D. Maria de Mello filha dos primeiros marquezes de Ferreira.

— Não deixaram filhos.

— D. FULGENCIO que foi XI Dom Prior da Colegiada de Guimarães. Deixou filhos : D. Francisco que foi Bacharel em Canones, Conego da Sé d'Evora, Reformador na Universidade de Coimbra etc; e D. Angelica de Bragança que foi Abadeça no Mosteiro das Chagas de Vila Viçosa.

— D. THEOTONIO que nasceu em Coimbra em 2 de Agosto de 1530. Foi Bispo de Fez e Arcebispo de Evora, prestando grandes serviços á patria e á religião.

— D. JOANA que nasceu em 1521 e casou com D. Bernardo de Cardenas, Marquez de Elche e foram ascendentes de grandes casas de Espanha.

— D. EUGENIA que casou em 1549 com D. Francisco de Mello, 2.º Marquez de Ferreira e foram ascendentes dos Duques de Cadaval

— D. MARIA que foi freira no Mosteiro das Chagas de Villa Viçosa.

— D. VICENCIA que foi Abadeça do mesmo Mosteiro.



Fora do casamento deixou o Duque D. Jayme duas filhas, a Madre Soror Antonia da Encarnação, religiosa do citado Mosteiro, onde tambem foi sepultada sua irmã D. Maria de quem não ha mais noticia.

D. THEODOSIO, 5.º Duque de Bragança e 3.º de Guimarães, foi Condestavel na ausencia do Infante D. Luiz, e prestou altos serviços como é bem conhecido.

Casou duas vezes, a primeira a 25 de junho de 1542 com sua prima direita D. Izabel de Lencastre filha do Infante D. Diniz e de sua mulher a Condessa de Lemos D. Brites de Lencastre.

Morreu a Duqueza D. Izabel em 1558.

Casou o Duque D. Theodosio, segunda vez em 4 de Setembro de 1559 com D. Brites de Lencastre filha de D. Luiz de Lencastre, commendador-Mór de Aviz e de sua mulher D. Magdalena de Granada.

Do primeiro casamento do Duque D. Theodosio nasceu :

— D. JOÃO que segue

Do segundo casamento nasceram :

— D. JAYME que morreu em Alcaccer Kibir com El Rei D. Sebastião.

— D. ISABEL que pelo seu casamento com D. Miguel Luis de Menezes foi Duquesa de Caminha, Marquesa de Villa Real e Condessa do Alcoutim e de Valença.

D. JOÃO, 6.º Duque de Bragança e 1.º Duque de Barcellos, casou em 8 de Dezembro de 1563, com D. Catherina sua prima direita, filha do Infante D. Duarte e da Infanta D. Izabel.

Acompanhou o Rei D. Sebastião na primeira viagem á Africa.

Por motivo de grave doença não foi na viagem que terminou em Alcaccer-Kibir, mandando em seu lugar seu filho D. Theodosio, Duque de Barcellos, que apenas contava 10 annos de idade.

O Duque D. João serviu de Condestavel nas Côrtes de Thomar já governando Philippe I, sendo n'essa occasião agraciado com o Tosão d'Ouro.

O Duque D. João apesar de na sua Empreza continuar a usar a corda com nós, completou a letra usando — Depois de vós, nós —.

Morreu em Villa Viçosa em 22 de fevereiro de 1583 tendo deixado os seguintes filhos:

— D. MARIA que nasceu em 27 de Janeiro de 1565 e esteve para casar com o Principe Herdeiro Duque de Parma, Raynuccio I, morrendo solteira.

— D. SERAFINA que casou com o Marquez de Vilhena e Duque de Escalona.

— D. THEODOSIO que segue

— D. DUARTE que nasceu a 21 de Setembro de 1569. Foi Marquez de Frechilha em Castella. Alfêres Mor da Ordem de Alcantara etc, morrendo em Madrid a 28 de Maio de 1627 tendo casado a primeira vez com a Marquiza de Jarandilha e a segunda com a Marquiza de Malagon tendo deixado descendentes do 1.º matrimonio.

— D. ALEXANDRE que foi Arcebispo de Evora e Inquisidor Geral.

— D. CHERUBINA que nasceu em 11 de Março de 1572 e morreu em 11 de Março de 1580.

— D. ANGELICA que nasceu em 8 de Junho de 1573 e morreu em 9 de Outubro de 1576.

— D. MARIA irmã gêmea da antecedente e que morreu no mesmo dia em que nasceu.

— D. ISABEL que nasceu em 13 de Novembro de 1578 e morreu em 12 de Janeiro de 1582.

— D. FELIPE que nasceu a 17 de Novembro de 1581 e morreu em 27 de Setembro de 1608 sem deixar descendencia.

D. THEODOSIO, 7.º Duque de Bragança, nasceu Duque de Barcellos em 28 de Abril de 1568. Aos 10 annos de idade acompanhou El-Rei D. Sebastião a Alcaccer-Kibir, sendo ferido na cabeça e feito prisioneiro, sendo-lhe dada a liberdade sem resgate. Casou em 17 de junho de 1603 com D. Anna de Velasco, filha do Condestavel de Castella o Duque de Frias, Conde de Haro e Marquez de Berlengo.

Morreu o Duque D. Theodosio em 29 de Novembro de 1630, deixando os seguintes filhos:

— D. JOÃO que segue

— D. DUARTE que nasceu em Vila Viçosa a 30 de Março de 1605 e morreu em Milão a 3 de Setembro de 1649. Viveu no estrangeiro guerreando na Alemanha ocupando os mais altos cargos no exercito. É bem conhecida a sua monumental biografia.

— D. CATHERINA que nasceu em 6 de Abril de 1606 e morreu em 18 de Janeiro de 1610.

— D. ALEXANDRE que nasceu em 15 de Março de 1607 seguindo a vida religiosa e morreu em 31 de Maio de 1637.

D. JOÃO, 8.º Duque de Bragança que nasceu em Villa Viçosa em 19 de Março de 1604, sendo aclamado Rei de Portugal, IV do seu nome, em 1 de Dezembro de 1640.

Casou em 12 de Janeiro de 1633 com D. Luiza Francisca de Gusmão, filha dos Duques de Medina Sidonia.

Passaram os Duques de Bragança a ser Reis de Portugal, considerando-se portanto terminado aqui este breve resumo de tão notavel e illustre Familia hoje representada por Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Manuel II.

A. D.





Carclius Antonius Leoni Florentinus delin.

M. Aubert sculp.

ELEMENTOS ICONOGRAPHICOS DOS PRIMEIROS CINCO DUQUES DE BRAGANÇA

UM dia, o acaso trouxe-me ás mãos, o troco de cem mil réis, uma chapa de cobre, tendo gravado o retrato do 3.º Duque de Bragança, D. Fernando 2.º de nome.

A parte gravada mede 0^m,300 x 0^m,204.

Procurei saber se teria sido este retrato gravado para alguma obra e se faria parte de alguma collecção.

Encontrei referencias á mesma gravura e a mais quatro que constituiram uma collecção, no «Diccionario Bibliographico Portuguez — Estudos de Innocencio Francisco da Silva Applicaveis a Portugal e ao Brazil» — Tomo septimo — Lisboa na Imprensa Nacional. MDCCCLXII.

A paginas 79 do mesmo volume, vem o seguinte :

— Retratos gravados a buril ou lithographados, de reis, principes, e pessoas illustres portuguezas, antigas e modernas, conspicuas por sangue e dignidades, ou notaveis por sciencia, talentos e virtudes; escriptores, poetas e artistas, etc.: incluídos tambem muitos estrangeiros, que ao serviço de Portugal exerceram cargos civis ou postos militares; e alguns individuos de infausta celebridade por crimes e malfetorias, etc., etc.

— Depois faz Innocencio varias considerações sobre as vantagens de incluir na mesma sua obra, relações ou noticias de retratos para utilidade dos estudiosos.

A seguir diz:

— Começarei apresentando aos leitores um documento, recommendavel e importante, cuja communicacão devo, com a de varios outros subsidios, á bondade do meu prestavel amigo, e muitas vezes citado sr. Antonio Joaquim Moreira. E' o catalogo ou indice da collecção de estampas do referido genero, que no seu tempo colligira em quatro volumes para uso particular o nosso douto e infatigavel bibliothecario Diogo Barbosa Machado; e que doada mais tarde por elle, com todos os livros e preciosidades da sua livraria a el rei D. José, deve, se me não engano, existir hoje na Bibliotheca Publica do Rio de Janeiro. Já no artigo que diz respeito ao celebre bibliographo (Diccionario, tomo II, pag. 144) alguma coisa toquei, quanto a esta espede; porém cumpre fazer aqui um reparo. Disse então, fundado na affirmativa reputada insuspeita de outro nosso distincto escriptor, o P. Francisco José da Serra, discipulo, amigo e commensal de Diogo Barbosa, que a collecção sobredita se compunha de 1:380 retratos; ao passo que no catalogo que tenho presente vejo agora que os quatro tomos comprehendem apenas 592. Não sei como conciliar semelhante disparidade! Existindo a collecção como é de crer, no Rio de Janeiro, facil será apurar ali a verdade, mediante a confrontação do catalogo com os proprios volumes, e persuado-me de que o caso bem valia a pena de ser investigado. Se alguém se resolver a essa indagação, e quizer participar-me o resultado obtido, faria ainda no *Supplemento* final a rectificação conveniente, declarando onde está o erro.

Por agora ahí vae o alludido catalogo, transcripto do que tenho á vista sem alteração ou mudança alguma.

199) Retratos de varões Portuguezes, insignes em virtudes e dignidades, etc. Colligidos por Diogo Barbosa Machado, Abbade da parochial igreja de Santo Adrião de Sever, e Academico Real.

A paginas 144 do mesmo Diccionario, Innocencio,

referindo-se á Bibliotheca de Diogo Barbosa Machado e ás notaveis obras que alli existiam, diz :

— Havia tambem dous volumes de formato maximo, contendo 690 retratos antigos e modernos de reis, principes e Infantes de Portugal: quatro tomos da mesma forma, que continham 1:380 retratos de portuguezes celebres; e mais um tomo, exclusivamente formado de cartas e mappas geographicos do reino e suas conquistas. Todas estas preciosidades foram por elle offerecidas a el-rei D. José, que as fez depositar no seu paço, para com ellas compensar a perda da antiga bibliotheca regia, consumida no terramoto de 1755. Transportadas depois para o Brazil, por occasião da retirada do senhor D. João VI para aquelles estados, constituem ainda hoje a maior parte do fundo primitivo com que se organisou a bibliotheca publica do Rio de Janeiro.

— Voltando ao Volume VII, temos a paginas 84, referencia ao Tomo II dos referidos retratos, que é composto por «Retratos de varios portuguezes insignes em artes e sciencias, etc.».

O Tomo III include «Retratos de varões portuguezes insignes na campanha e gabinete».

E' n'este volume que apparece referencia aos retratos que motivaram este estudo. Vejamos :

D. Affonso, 1.º Duque de Bragança.

D. Fernando, 2.º Duque de Bragança.

D. Fernando, 3.º Duque de Bragança.

D. Jaime, 4.º Duque de Bragança.

Todos estes foram delineados por Carlos Antonio Leoni, e o primeiro aberto por M. Aubert, o segundo por Petit filho; o terceiro pelo mesmo; e o quarto por M. Aubert. Pertence a esta collecção o seguinte :

D. Theodosio, 5.º Duque de Bragança.

Foi a dita collecção feita para a *Historia dos Duques de Bragança*, que se estava imprimindo pelo terremoto, e composto pelo senhor D. José Barbosa. O ultimo é delineado por Leoni, e aberto por R. Quillard.

O Tomo IV dos mesmos retratos include os «De varões portuguezes insignes na campanha e gabinete».

No fim do Volume VII de Innocencio, nas «Correcções e additamentos», a paginas 458, vem :

— Retratos de varões portuguezes, colligidos por Diogo Barbosa Machado. Os srs. Mello Guimaraes, que se deram ao trabalho de examinar na Bibl. Publica do Rio de Janeiro a collecção de Diogo Barbosa, acharam que o numero real de gravuras alli juntas diverge notavelmente, tanto do apresentado pelo P. Francisco José da Serra, como do catalogo que possui o sr. Antonio Joaquim Moreira. No tomo 1.º contaram 274 gravuras ou estampas; no 2.º, 293; no 3.º, 149; e no 4.º, 141: ao todo 857. Para não abusar com excesso da summa benevolencia d'estes meus amigos, prescindi da accitação da offerta que generosamente me faziam, prestando-se ao enfadoso encargo de descreverem em catalogo especial e minucioso todas as estampas ou retratos que comprehende a collecção no estado em que se acha. —



Depois rectifica o nome do abridor do retrato do Duque D. Theodosio, de R. Quillard para R. Guillard.

A seguir, a paginas 95 do mesmo Volume VII vem o seguinte :

200) Retratos Portuguezes gravados ou lithographados, colligidos por Innocencio Francisco da Silva.

Depois de descrever a forma como iniciou e fez a sua enorme collecção de retratos, dividi-os por especies e assim começa com o titulo «Casa Real Portugueza» a relação de dez collecções das series de retratos. A ultima collecção é assim descripta :

— Collecção dos retratos dos cinco primeiros Duques de Bragança, a saber : D. Affonso, D. Fernando I, D. Fernando II, D. Jayme e D. Theodosio I; e juntamente o d'El-Rei D. José I. Foram delineados por Carlos Antonio Leoni, florentino, e gravados por R. Gaillard, Petit, filius, e Aubert (1753). Cada um de 16 centim.

(Estes retratos destinavam-se para acompanhar as *Vidas dos cinco primeiros duques, etc.*, que escrevera D. José Barbosa, cuja edição se consumiu no incendio subsequente ao terramoto, como se disse no Diccionario, tomo IV, pag. 466 a 467.)

A gravura do 3.º Duque, da qual como disse tenho a chapa original, mede 292 ^m/_m × 202 ^m/_m e está datada de 1755.

No tomo IV do Diccionario de Innocencio, quando trata do Clerigo Regular Theatino, D. José Barbosa a paginas 264 vem o seguinte :

— Segundo afirma seu irmão (Diogo Barbosa Machado) na Bibl. Lusit., compoz tambem, e chegaram a ser impressas as *Vidas dos cinco primeiros Duques de Bragança*, em dous tomos de folio, cujos exemplares diz se consumiram no incendio que se seguiu ao terramoto do 1.º de Novembro de 1755; sem que d'elles se salvasse um só, ao que parece.

Não querendo por em duvida o credito que deve merecer tão positiva declaração do abbade de Sever em caso no qual o devemos suppôr hem informado, custa a crer como de uma obra impressa çemplos, e talvez annos antes d'aquelle successo se não haviam distribuido no intervalo alguns, embora poucos ou pouquissimo exemplares, que espalhados por mãos e locaes diversos escapariam do desastre que aniquilou a edição, e attestariam hoje com a sua existencia a verdade do facto !

A paginas 466 do mesmo IV volume do Diccionario de Innocencio vem mais o seguinte esclarecimento :

— Acerca das *Vidas dos cinco primeiros Duques de Bragança*, addicione-se o mais que consta da seguinte nota curiosa, que devo ao sr. Figaniere, e que vae textualmente transcrita :

Vidas dos cinco primeiros Duques de Bragança, D. Affonso, D. Fernando I, D. Fernando II, D. Jayme e D. Theodosio I. O abbade Diogo Barbosa Machado, irmão do auctor, diz no tomo 4.º, pag. 200 da sua Bibl. Lus., que estando já magnificamente impresso o primeiro tomo d'esta obra, e parte do segundo, por ordem d'el-rei D. José, se consumiram no fatal incendio que se seguiu ao terramoto

do 1.º de Novembro de 1755. Dos retratos que se gravaram para esta obra, incluindo o d'aquelle soberano, desenhados pelo florentino Carlos Antonio Leoni, ha exemplares na Bibliotheca Nacional de Lisboa, na collecção que tem por titulo : *Series Regum et Principum Lusitanorum iconibus illustrata* : tomo II, com a numeração C, 7, 11.º O mesmo sr. Figaniere possui tambem uma collecção d'esses retratos, e creio ter visto outra em poder do sr. Manuel Bernardo Lopes Fernandes. —

— Por estas transcripções se fica sabendo a razão da existencia das gravuras dos cinco primeiros Duques de Bragança feitas dentro do mesmo plano.

Da chapa original que possuo consegui umas reproducções feitas na Imprensa Nacional.

Não conhecia eu ainda qualquer dado referente á mesma gravura, quando pensei em conseguir uma prova para me informar junto dos colecionadores de retratos se este era conhecido.

Em 31 de Outubro de 1928 fui procurar o Director da Imprensa Nacional, o fallecido Luiz Derouet que immediatamente, com aquella amabilidade que o caracterisava, se offereceu para tirar uma prova, pedindo-me licença para ficar tambem com uma.

Ali deixei ficar a chapa no seu gabinete, sahi e momentos depois sahia tambem Luiz Derouet, sendo á porta da Imprensa attingido por uns tiros que horas depois o victimaram.

Estava Luiz Derouet n'este momento em evidencia pois tinha causado um verdadeiro successo a exposição internacional de Ex Libris que tinha organizado e que estava ainda aberta.

Dias depois, recebi das mãos do sr. João Rosa, chefe da revisão da mesma Imprensa, a minha chapa e uma primorosa prova que serviu para fazer a zincografia que aqui incluo.

Só depois d'isto pensei em procurar alguns elementos no Diccionario de Innocencio, onde encontrei o que fica exposto.

Procurei pelos colecionadores e fui encontrar quatro na valiosa collecção de retratos do sr. Conde de Almarjão, e igual numero na Secretaria da Administração da Casa de Bragança. Escolhendo das duas collecções fragmentadas, que immediatamente foram amavelmente postas á minha disposição, os retratos que estavam em melhor estado, mandei fazer as respectivas reproducções para aqui juntar.

Aqui fica portanto a homenagem do meu reconhecimento ao sr. Conde de Almarjão e ao sr. João Sequeira, Administrador da Casa de Bragança, pela amabilidade que tiveram de me deixarem reproduzir os referidos exemplares.

A. D.

